ACTA N.º 50

Sessão Ordinária Fevereiro — Reunião em 28/02/2025

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na Casa de Música, no edifício do Salão Paroquial, em São Jacinto, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário, Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Celme Cristina de Jesus Tavares, António José de Jesus Monteiro, e António Armando de Matos Nabais.001

Faltaram as Vogais Joana Filipa Ramos Lopes, Sílvia Fernandes Ribau, Marta Elisa dos Santos Dutra e o Presidente de Junta Fernando Tavares Marques.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luís Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Rita Alexandra Monteiro Batista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Celme Cristina de Jesus Tavares, António José Jesus Monteiro, e António Armando de Matos Nabais.
Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria João Matos, Ivo Renato Teixeira Rodrigues, António Fernando

Mendes Couto, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Virgínia Maria Melo Matos, António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, e Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.003

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas das sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os vogais da Assembleia.
De acordo com o previsto no n.º 3 do atrigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 47 – Sessão Ordinária de Novembro – sessão realizada em 13-11-2024: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.005
Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Machado Pires da Rosa, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Rita Alexandra Monteiro Batista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, e Henrique da Rocha Vieira.

Acta n.º 48 – Sessão Ordinária de Novembro – sessão realizada em 22-11-2024: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.006
Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Jorge Manuel Correia Girão, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Batista, David Filipe Ramos Silva, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, e Fernando Tavares Marques.

Acta n.º 49 – Sessão Extraordinária em Janeiro – sessão realizada em 29-01-2025: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.007
Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Rira Alexandra Monteiro Baptista, David Filipe Ramos Silva, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, e Miguel António Costa da Silva.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a "Ordem-do-Dia" enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação da prorrogação do prazo das Medidas Preventivas por motivo de elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso;
Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 12NOV24 a 24FEV25;
Ponto 3 – Apreciação e votação da Moção - Sobre a Comunicação Municipal;
Ponto 4 – Apresentação e votação da Proposta de Recomendação – Por uma política de contrapartidas urbanísticas.

De seguida o Presidente da Mesa, deu a palavra ao Presidente de Junta de São Jacinto, Arlindo José Vieira Tavares.

Presidente de Junta Arlindo Tavares:009
"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Luis Souto, cumprimento a respetiva Mesa. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro eng. Ribau Esteves. Senhores Vereadores, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, caros colegas presidentes de junta, público aqui presente e todos aqueles que assistem online nas plataformas digitais.
Gostaria de destaca Senhor Presidente, esta descentralização, das Sessões da Assembleia Municipal, levando a mesma a todas as nossas 10Ffreguesias e União de freguesias, cabendo desta vez à nossa freguesia, receber esta Sessão de Fevereiro. A importância de levar até junto das populações, nomeadamente daquelas que estão mais periféricas, promove a aproximação dos cidadãos aos eleitos locais. Desta forma, sejam bem-vindos à freguesia de São Jacinto.
A Freguesia São Jacinto festeja 70 anos de história. Ao longo de 70 anos os desafios e as dificuldades foram imensos, mas hoje os desafios são outros. Infelizmente alguns perduraram ainda no tempo, sendo o principal o nosso isolamento, a distância para a nossa sede de concelho. E falando na área dos transportes, embora não sendo competência direta da freguesia de São Jacinto, estivemos sempre na procura por soluções e fomos muitas vezes pronto-socorro para corrigir erros. O ano 2024 fica marcado pelo record do número de passageiros que utilizaram o novo ferryboat, mas, no entanto, também fica marcado pelo elevado número de ocorrências, de falhas mecânicas, na operação do novo ferryboat, que levaram algumas situações insustentáveis e incompreensíveis. Para além disso, o plano B, a lancha Transria esteve inoperacional durante largos meses criando graves transtornos para a população, para quem necessita de transporte para o seu trabalho, para ir à escola, para consultas médicas, entre outras.
Relembro também que os horários previstos para a supressão do transporte fluvial, agora revistos, mantém a nossa discordância na questão do transbordo no terminal rodoviário, entre a linha da supressão e a linha 36. Estamos a falar de situações excecionais e muito pontuais, pelo que o entendimento entre os 2 operadores de transportes em Aveiro é vital. Mais do que ninguém a Câmara Municipal de Aveiro, que gastou cerca de 9 milhões de euros no novo ferryboat, com certeza que não é para o mesmo estar em constantes avarias. Por isso, faço um apelo ao Senhor Presidente para que continue a pressionar quem de direito para que este tipo de situações possa ser corrigido e que se tornem apenas pontuais no normal funcionamento.
O ano 2024 também fica marcado pela execução final do protocolo de cooperação especial. Protocolo esse que nos permitiu pagar uma dívida de 720 mil euros deixada pela gestão do Partido Socialista na nossa junta de freguesia. Não foi há 20 anos atrás, foi há dois anos e meio, no atual mandato, e mais uma vez a Aliança com Aveiro foi chamada a resolver o problema financeiro deixado pelo Partido Socialista.

Este processo de reestruturação financeiro agora concluído, foi muito difícil. Duro. Mas cumprimos com os objetivos. Alguém disse que a maior obra que poderíamos deixar na Junta de Freguesia seria sem dúvida, recuperar a mesma financeiramente.
Senhor Presidente, muito agradecemos o seu forte empenho e capacidade na invenção desta solução, a qual foi aceite pelo Tribunal de Contas.
Para alguns que querem passar uma borracha sobre o assunto ou qualquer tentativa de fazer esquecer o que tão grave aqui se passou, recordo que se não fosse o sucesso desta solução, não estaríamos aqui hoje. Porque esteve em cima da mesa, para que saibam, em caso de chumbo a possível extinção e agregação da freguesia de São Jacinto com Glória e Vera Cruz.
Quanto à má gestão que aqui ocorreu, faça as denúncias que foram por nós apresentadas, junto do Tribunal de Contas. As mesmas já foram objeto de despacho pela Senhora Juíza Conselheira que terão tidas em consideração nas análises de risco e ações de controlo por parte do Departamento de Auditoria do Tribunal de Contas.
O ano de 2024 também fica marcado pelo ano da normalização da nossa vida na nossa junta de freguesia. Voltámos a estar em condições de assinar e executar contratos interadministrativos de delegação de competências. Também já retomámos algumas atividades suspensas, como os passeios seniores, escolares, campo de férias no Verão, ou novos projetos como o programa São Jacinto Com Vida, entre outros.
Fomos parceiros no Festival Dunas São Jacinto e colaborámos ativamente no apoio durante a época balnear da nossa praia.
Para 2025 continuaremos com as apostas já criadas e desenvolvidas anteriormente. Prova disso, a recém inauguração do nosso espaço intergeracional, uma nova aposta da Junta de freguesia amplamente elogiada por muitos. Entre outras ações e trabalhos que iremos realizar, quero recordar que temos o mais baixo Orçamento dos últimos 20 anos, na ordem dos 209 mil euros. Destes 49% da Receita advém dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências. Sem eles, esta Junta de Freguesia do ponto de vista financeiro, muito dificilmente conseguiria sobreviver.
Deste modo, um agradecimento ao município de Aveiro que confiaram uma vez mais na capacidade de execução desta Junta de Freguesia, executando e pagando as obras e atribuições que ela faz, ao invés de fazer e não pagar, como sucedia até há pouco tempo.
Gostaria também de destacar que, com o baixo orçamento que temos que gerir, a capacidade de investimento fica praticamente entregue ao Orçamento Municipal para 2025. Que conta com um conjunto de investimentos diretos na nossa freguesia, na ordem dos 2,6 milhões de euros. Falando neste espaço aqui junto ao salão paroquial, temos uma obra orçamentada em cerca de 400 mil euros. Temos também, em breve já vai começar a obra das nossas piscinas, orçamentada em perto de 600 mil euros. E as 2 estão adjudicadas há empreiteiro e estamos à espera que haja um empreiteiro para reconstruir, ou requalificar, o nosso Parque de Campismo, também orçamentado em 1,6 milhões de euros. Se juntarmos o valor que recentemente a Câmara atribuiu ao Centro Social e Paroquial de 340 mil euros, para legalizar este edifício, porque esteve em vias de ser demolido, esse valor ultrapassa os 3 milhões de euros.
Mas também importa referir todos aqueles pequenos dossiers que estamos a trabalhar conjuntamente. Como é o caso dos limitadores de velocidade para as avenidas almirante Gago Coutinho ou a Avenida Riamar ou como é o objetivo do segundo multibanco na freguesia. Estamos a iniciar trabalhos de levantamento topográficos e de estudos e projetos para estruturar algumas ruas da freguesia, como é o caso da Rua da Floresta, Rua da Arte Xávega, rua Dom João II, rua Doutor Vale Guimarães. Sobre o nosso problema grave das águas pluviais, esperamos que a Câmara Municipal possa elaborar um plano para uma possível solução para a complexidade existente na freguesia de São Jacinto, em que em certas zonas não tem normal escoamento de águas em virtude amplitude das nossas marés.

Gostaria de agradecer também o forte empenho da Câmara Municipal na organização do Festival Dunas. Nas ações desenvolvidas ao abrigo da campanha da Bandeira Azul, bem como a dinamização do nosso Car-surf com organização de eventos nacionais de surf e bodyboard na nossa praia.
Por fim destacamos principalmente o trabalho de equipa, de colaboração e de cooperação entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal ao longo do ano 2024. E, com certeza, que pode contar com ele para o ano 2025. Para o ano de 2025 marcado pelas eleições autárquicas, muitas promessas objetivas vão ser debatidos e discutidos. Mas tudo isto é possível, porque a Junta de freguesia conseguiu recuperar financeiramente.
A realidade dos próximos anos, com orçamentos muito curtos e de gestão rigorosa, qualquer erro pode comprometer toda a ação desta Junta. É muito fácil voltar a fazer os erros e a má gestão. Por outro lado, não podemos ter pensamentos que estamos abandonados, mas ao mesmo tempo somos contra o progresso e desenvolvimento ou favor do turismo ou não querer mais pessoas na freguesia. Somos a favor do progresso e do desenvolvimento do turismo, sabendo que sempre que os prós serão sempre maiores do que os contras.
Assistimos a um investimento privado na nossa freguesia ao nível do turismo, comprovando que a freguesia continua a ser atrativa. Minhas senhoras e meus Senhores, uma nota final de agradecimento à equipa que lidero, à Cristina e ao João que foram sempre a força e alma para que tudo fosse possível. Sei o que passamos juntos, sei os momentos maus e terríveis que enfrentamos. Foi um gosto enorme de ter esta equipa sob o lema, todos somos presidentes, tesoureiros e secretários. Haverá um maior dinamismo e intervenção da Junta de Freguesia de São Jacinto durante o ano 2025. Cumprimos e vamos continuar o nosso trabalho até ao último dia do nosso mandato. Viva São Jacinto. Muito obrigado."

Presidente da Mesa:[010]
"Muito obrigado Arlindo Tavares. Uma saudação muito grande novamente para as pessoas de São Jacinto. Ao Senhor Presidente de Junta e a toda a sua equipa, pela sua dedicação. E para todos os aveirenses uma palavra também de incentivo. Estamos em São Jacinto, permitam-me dizer isto, é uma freguesia lindíssima. Hoje temos condições ecológicas de navegação ou pelo menos mais amigas do Ambiente, à parte os problemas que o Senhor Presidente depois esclarecerá certamente, mas o certo é que temos. E nós, às vezes, os aveirenses quase nos esquecemos que temos aqui São Jacinto, é um passeio muito agradável, faço aqui este apelo turístico, vamos visitar São Jacinto. Às vezes há pessoas que não conhecem a Reserva Natural de São Jacinto! Até aos meus alunos questiono, não conhecem, mas como é que é possível, não é. Temos aqui e temos que aproveitar, fazer o passeiozinho em vez de ir para ílhavo, se calhar virmos aqui para o nosso o município. Temos aqui de facto muito a explorar.
Terminada esta nota, passamos então ao habitual período de intervenção do público. Nós temos um munícipe inscrito. Como saberão, portanto, no inicio das sessões ordinárias, os munícipes podem-se inscrever para fazer, enfim, uma intervenção, daquilo que bem entenderem, naturalmente, dentro das políticas municipais. E nesse sentido, temos aqui uma inscrição do Senhor Domingos Tavares. Agradecia então, tem um tempo que nós normalmente damos de 5 minutos, seja conciso. Muito obrigado."

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De seguida o Presidente da Mesa informou que havia um munícipe inscrito para intervir neste período regimental de Intervenção do público, dando-lhe de imediato a palavra.

Munícipe Domingos Tavares:012

"Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, todos os elementos aqui presentes, presidentes de juntas de freguesia, público em geral, e principalmente, o presidente da nossa freguesia. Eu vinha aqui colocar vários assuntos para apresentar, mas só tenho 5 minutos, portanto tenho que cortar alguns. Mas em 1º lugar, vou falar ferry, pois é meio de transporte que nós temos, que parece que funciona bem, mas não funciona bem. Temos, por semana, normalmente nem sempre temos ferry porque está variado. As pessoas pagam um passe mensal durante o mês, têm 4 ou 5 ou 6 dias que não podem utilizar o ferry. Nós pagamos o passe mensal e não nos é descontado esses dias que a gente não vamos no ferry. Esse é o primeiro aspeto.

Segundo aspeto também, portanto, é um ferry que serve as pessoas de São Jacinto, mas as pessoas trabalham do outro lado e por vezes chegam ali e não têm ferry. Para terem autocarro à volta, por vezes está marcado para uma hora e só passado mais de uma hora é que aparece aqui. As pessoas por vezes perdem o seu trabalho, perdem horas de trabalho, sujeitos a perderem o seu emprego, e ninguém tenta resolver o problema.

Já me informei perante a companhia por que não são descontados os dias que não temos ferry, não me souberam responder. Eu e dezenas de pessoas aqui, chegamos ao fim do mês e pagamos a totalidade do passe e chegamos ao fim e temos 5 ou 6 dias que não temos ferry.

Acho que isto não é direito. Acho que isto é um abuso que estão a fazer às pessoas de São Jacinto. E isto é falta de responsabilidade da companhia que está a operar o ferry.

Senhor Presidente, tinha aqui mais uns aspetos para falar, em relação às piscinas, queremos saber como é que está o andamento das piscinas? Como é que está o andamento das obras no Parque? Temos os passeis que estão degradados, é uma vergonha termos aqui que andar. Eu tenho que dar os parabéns aqui ao senhor presidente da Câmara pelo trabalho excelente que tem feito na Câmara de Aveiro e em relação a Aveiro. Mas tenho que lhe dizer senhor Presidente, nós aqui em São Jacinto somos muito esquecidos em relação às outras freguesias. Nós estamos aqui completamente, parece que vivemos aqui numa ilha, numa ilha onde ninguém olha para a gentes. Temos aqui várias coisas que precisamos de serem feitas e o tempo vai passando, vai passando, vai passando, promessas agora, promessas para passados dois três meses, e não se resolvem os problemas aqui de São Jacinto.

Passeios que estão degradados, é uma vergonha. Estradas que precisam de ser alcatroadas, não estão no contrato. Eu convidava o Senhor Vereador do Pelouro das obras para vir aqui a São Jacinto quando chovesse, para vir aqui ao pé da escola, onde as senhoras vão levar os filhos à escola, que elas têm que vir com água pelo joelho para levar os filhos à escola, porque aquela rua está intransitável quando chove. Portanto, essa como outras, os habitantes por vezes não conseguem sair de casa, porque rua está completamente alagada de água. Senhor Presidente, isto já não é de agora, nem de um ano nem de dois. A Junta de Freguesia tem culpa, todos os presidentes de junta e os presidentes de câmara, portanto, têm olhado para o lado, para estas circunstâncias que são prioridades aqui para as pessoas de São Jacinto. Nós hoje se queremos andar na rua, por vezes pessoas que têm dificuldades de mobilização, têm que vir para a estrada porque não podem andar nos passeios. Não podem andar nos passeios Senhor Presidente. Ele é covas, é buracos, é tudo. Quer dizer nós, inclusive, inclusive temos os passeios cheios de erva. Vêm aqui limpar uma vez de 4 em 4 meses ou 5, não sei dizer, mas estão aqui 3 ou 4 dias para fazer essa limpeza, mas não a fazem em condições. Vão-se embora, e depois quem está aqui a morar e tem necessidade de andar nos passeios tem que andar em comas das ervas ou tem que ir para a estrada.

Eu tenho aqui uma queixa bastante forte sobre uma praia que nos nós temos aqui, onde dezenas e dezenas de pessoas aqui de São Jacinto aprenderam a nadar Senhor Presidente. Vem para aqui bateiras da Murtosa, vem bateiras da Torreira, vem para ali limpar os cricos, deixam ali as cascas dos cricos, as pessoas ferem-se ali no verão quando vão para a praia,

cortam os pés. Já foi na minha presença que isso aconteceu. As cascas ficam ali e a praia fica intransitável, que é uma praia que no verão era um sucesso para as crianças virem para ali e aprenderam a nadar ali. E hoje ninguém pode circular naquela praia.
Quer dizer, hoje ninguém pode lá tomar banho, ninguém pode circular naquela praia. A Câmara da Murtosa não quer que façam lá esse trabalho na Murtosa, na Torreira não querem que façam lá aquele trabalho na Torreira, mas vêm para São Jacinto fazer esse trabalho. E nós temos que suportar isso tudo. É uma praia que é nossa e ninguém toma medidas, ninguém pode tomar banho ali, porque é cascas por todo o lado. As pessoas cortam-se.
Em relação às ciclovias. A Murtosa fez a ciclovia desde a Murtosa até à Torreira. Foi pintada toda de vermelho Senhor Presidente. Aqui fizeram uma ciclovia de um quilómetro e não está pintada. Os carros quando vêm circulam por cima da ciclovia porque não está marcada. E também queria fazer uma critica porque somos a única freguesia que tem uma rua onde se circula pela esquerda!"

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:014
Muito obrigado. Boa noite a todos. Muito gosto em estar aqui convosco nesta assembleia municipal. Senhor Domingos, de forma muito concisa para lhe responder, embora para lhe responder em condições necessitava de estar aqui mais demoradamente. Mas os dispor para conversar consigo quando quiser. Isto de vir aqui fazer espetáculo armado em oposicionista à Câmara, enfim ficou no seu currículo, mas não ajuda exatamente a resolver os problemas.
A primeira questão que tenho que lhe dizer é que uma das patologias mais graves que nos meus três exercícios de 3 mandatos na Câmara Municipal, foi a de termos tido uma paupérrima junta de freguesia em São Jacinto. Que é uma força de bloqueio, mal gerida, com indícios de corrupção da mais alta gravidade e, por isso, participamos deles a Inspeção-Geral de Finanças, esperando que o Estado de Direito Democrático se cumpra, porque politicamente a matéria já foi resolvida pelos cidadãos, mandando embora para casa, embora não era exatamente para casa que deviam ir, os responsáveis do Partido Socialista que assassinaram esta Junta de Freguesia.
Como o Presidente Arlindo disse, foi preciso, eu, inventar uma solução para resolver o problema gravíssimo. Só para vocês terem uma noção, a nossa Câmara que também estava quase falida, também por obra e graça do Partido Socialista. Quando eu cheguei à Câmara, aliás, já o meu antecessor tinha recebido a Câmara ainda em pior situação do que eu próprio recebi, para terem uma noção, a relação da Dívida com a Receita era de três vezes e meia. A Dívida era maior que a Receita três vezes e meia.
Na Junta de Freguesia de São Jacinto a Dívida era 13 vezes maior do que a Receita. Treze vezes, para ter uma noção da gravidade. E o país não tinha lei, nem mecanismo financeiro, para resolver o problema e, portanto, inventámos uma solução. E o Arlindo só disse parte da verdade, porque nós transferimos 730 mil euros, é verdade, foi a transferência financeira, mas perdoamos uma dívida superior a 600 mil euros.
Portanto estamos a falar de 1 milhão 300 mil euros de ajuda da Câmara à Junta de Freguesia.
E, portanto, foi uma pena que tivéssemos tido uma perda de tempo violenta e depois também perdemos tempo nestes dois anos e meio da presidência do Presidente Arlindo. Obviamente que estes dois anos e meio foi tempo a repor e a resolver este gravíssimo problema.
Este ano de 2025 é o primeiro ano em que temos plena condição, temos a Junta absolutamente recuperada e com plena condição legal para poder trabalhar como as outras todas. Portanto é muito importante deixar isto porque em muitas das coisas que são pequenas no tamanho, mas são muito importantes para a vida dos cidadãos, a cooperação entre a

Câmara e as Juntas de Freguesia é fundamental. Tratar dos passeios, das bermas, da limpeza, tudo isso é feito, em regra, pelas juntas de Freguesia no âmbito dos contratos de delegação de competências que permite que as juntas executem, com transferências de verbas feitas pela Câmara Municipal.
E, portanto, foi pena que São Jacinto elegesse 2 vezes o senhor António Aguiar e os seus camaradas do Partido Socialista porque se perdeu muito tempo. Foi pena a desgraça que deixaram para nós resolvermos. Mas, infelizmente, nunca ouvi nenhum protesto, nenhuma intervenção desta natureza desancar no presidente António Aguiar, como era merecido, ou nos seus camaradas que destruíram esta Freguesia.
Igualmente da APA! É muito curioso também que nunca tenha ouvido o Senhor Domingos a fazer uma intervenção contra a Administração do Porto de Aveiro. Porque a praia que Vexa fala, pertence à Administração do Porto de Aveiro.
Mais, a desordem com que se vive na frente Ria de São Jacinto pertence à Administração do Porto de Aveiro. E também não o vi a fazer nenhuma intervenção ou a criticar a Administração do Porto de Aveiro, que é a dona e gestora da praia que referenciou e a dona e gestora de Frente de Ria.
Estamos a procurar que sejamos nós, Câmara de Aveiro, mas eles estão tão agarrados ao poder, ao poder de não fazer, que nem sequer conseguimos ainda que nos entregassem a tão referida praia e a Frente Ria de São Jacinto.
Quanto ao ferry queria deixar-vos aqui uma nota. Nós tivemos uma coincidência que, enfim, foi infeliz, foi o facto de em simultâneo termos a lancha Transria inoperacional. A Transria teve um problema grave do motor. Teve que mudar de motor e depois quando chegou nos testes da motorização, o próprio motor novo teve problemas e teve que voltar a ser substituído.
Portanto tivemos aqui um longo período, infelizmente, estes motores vêm de longe, no caso vem da Suécia e, portanto, tivemos um tempo longo demais sem a Transria que, obviamente, era uma ajuda muito importante para os momentos de falha de serviço do funcionamento do ferry Salicórnia. É evidente que ativar um navio novo, que é o único no mundo, é sempre um risco, não, não vale a pena termos ilusões. Só para terem uma noção, nós nos dois primeiros meses, foram de facto momentos muito difíceis. Nós tivemos 111carreiras suprimidas em Fevereiro, 112 em Março, mas depois tivemos só 4 em Abril, tivemos 0 em Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro. E tivemos 20 em Outubro, 28 em Novembro e 47 em Dezembro.
O objetivo é fazer aquilo que aconteceu entre Maio e Setembro, que é ter 0, obviamente. Mas ainda há questões a afinar, ainda há a formação de tripulação para consolidar, aquilo é de facto um navio, mas é um computador. Não tem nada a ver com o anterior e, portanto, esperemos voltar aos meses de 0, porque em tudo o resto, conforto, qualidade, performance ambiental, obviamente, há um ganho monumental.
Batemos recorde de passageiros. É um dado objetivo. Há muito mais gente que quer usar o ferryboat e isso quer dizer, obviamente, que ele funciona muito mais vezes do que as vezes que não funciona.
A percentagem de carreiras suprimidas em relação às carreiras executadas é inferior a 2%.
Obviamente que é a carreira que não é executada que é o problema das pessoas, como é evidente, que causa uma perturbação a sua vida como é lógico. Mas não vale a pena transformar a árvore na floresta, embora nós vamos continuar a trabalhar com os nossos parceiros. A ETE que construiu o navio e o navio obviamente está dentro da garantia durante uns anos e a Transdev que opera o navio, para que obviamente tenhamos o navio sempre a funcionar. E gosto sempre de homenagear o Salicórnia, porque naquele dia fatídico de Setembro em que a relação do Norte Sul não se fazia por nenhuma autoestrada do país, estavam todas cortadas, todas, estas aqui do litoral, foi o Salicórnia, operando sem parar de desde o início da madrugada até alta noite que permitiu que as pessoas pudessem fazer a

circulação e lembrar-se-ão bem das enormes filas que haviam, que existiam do lado de São Jacinto e do lado do Forte da Barra e correu tudo bem. O Salicórnia não se avariou naquele dia fatídico. Temos sempre esta mania de os problemas são exponenciados, as coisas boas são escondidas, mas eu gosto de falar claramente das coisas boas e dos problemas, sabendo que o nosso trabalho é continuar para que esta performance que já tivemos durante muitos meses de zero supressões de carreiras do Salicórnia possa regressar à nossa vida E para isso que nós investimos mais de 9 milhões de euros nesta operação.
Quanto às piscinas, a obra vai começar muito proximamente. Também foi pena que se escondesse a miséria das piscinas durante tantos anos, embora foi uma felicidade não ter morrido ninguém eletrocutado nas piscinas de São Jacinto. Eventualmente, se alguém tivesse morrido, tinham percebido melhor a miséria em que está a piscina, nunca nos passou pela cabeça ter que investir quase 600 mil euros para pôr em ordem, mas é isso que vai acontecer. A empresa Cimave que é quem ganhou a obra vai começar nos próximos dias, essa obra.
O parque de campismo está em segundo concurso, fecha a entrega das propostas na próxima segunda-feira. Vamos ver se temos concorrentes. Sabeis, não é só no Parque Campismos de São Jacinto, já em Aveiro e pelo país fora são cada vez mais os concursos que não têm candidato e isso, obviamente, sabeis bem, o país está com muito trabalho, das Câmaras do Governo, de várias instituições, das empresas privadas e não temos capacidade de construção civil suficiente para responder a toda essa procura que felizmente tem vindo a acontecer.
Quanto às águas pluviais já expliquei isso aqui há dias na cerimónia dos 70 anos. Explicar que aquilo que precisamos para resolver de forma definitiva é um grande investimento. Mas precisamos de ter na nossa gestão a Frente Ria São Jacinto, porque é nessa zona que se vai ter que fazer uma coisa chamada bacia de retenção, para que nos momentos em que está a chover muito e a maré está alta, possamos ter onde guardar a água até que a maré desça.
A população de São Jacinto, em regra conhece a Costa Nova, conhece o Forte da Barra e a Gafanha da Nazaré, e pode ver aí bacias de retenção construídas há 20 e 25 anos, para ter acabado esse problema na Costa Nova e acontecia várias vezes por ano, e na Gafanha da Nazaré igualmente e, portanto, é essa tipologia, mas precisamos que a tal Administração do Porto de Aveiro que nunca fez a ponta de coisa nenhuma relevante pela Frente Ria a entregue de uma vez por todas, porque nós precisamos daquela parcela de território para se fazer um investimento, que em termos de estudo, de grosso modo está feito, mas, obviamente, precisa de um projeto de engenharia para resolvermos definitivamente esse problema. Ele acontece muito poucas vezes como sabemos, mas acontece de vez em quando e a tendência das previsões e que venha a acontecer cada vez mais dias pela carga de água que como sabemos chove mais e chove muito em muito pouco tempo e, obviamente, as redes precisam de essa capacidade para poder escoar, para a água não estar no sítio errado, que é o sítio onde nós andamos a pé ou de carro.
A última nota. Em relação à ciclovia não pintada, enfim, eu tenho sempre reservas em relação aos vermelhos, por motivos políticos e futebolísticos, mas, enfim, não é essa a questão. Não está escrito no Código da Estrada que as ciclovias são vermelhas. Isso é uma coisa que olhe, fomos inventando. Eu gosto muito mais das ciclovias azuis-e-brancas, mas é uma questão de gosto. Aquilo que diz o Código da Estrada e que elas têm que estar sinalizadas, por sinalização vertical e horizontal, nos termos da lei do Código da Estrada. E estas aqui estão. O Senhor Domingos não percebeu. Os automóveis não andam por esquerda nenhuma. Numa via que só tem um sentido os automóveis andam na via que tem um sentido. Essa coisa da esquerda, é capaz de ser algum defeito de opção partidária ou política, porque numa via que tem uma ciclovia de um lado e só se pode andar de carro num só sentido, o carro não vai na esquerda ou na direita, é a rodovia por onde andam os carros. Isto é obviamente algo de normal, normalíssimo. E que também está na mesma lei do Código da

Estrada. Aliás, sabeis que estas questões de sinalética e de estradas não são regulamentos municipais, são leis do país em que nós vivemos.
Só para deixar nota das tantas obras feitas em São Jacinto. Essa coisa do esquecido, isso é um preconceito que as pessoas também têm de tirar fora da cabeça, porque, enfim, por um lado é mentira, é absolutamente falso. E, por outro lado, não é positivo para se ter uma ambiência positiva de conquistarmos mais investimento público e especialmente mais investimento privado. Porque nós precisamos em São Jacinto e no nosso território municipal de mais investimento privado.
O investimento que foi feito na frente da Ria, na reserva natural das dunas de São Jacinto, pela nossa empresa chamada Polis Litoral Ria de Aveiro, foram quase 3 milhões de euros. Eu não sei se se lembram como é que era a rua na frente Ria de São Jacinto. Não sei se se lembram como é que era o Centro de Acolhimento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto. Lembram, mas às vezes interessa esquecer. As obras de qualificação do bairro social. Não sei se visitavam as pessoas que viviam lá e a miséria da água a entrar pelos seus quartos, a sujar as suas roupas de cama, a roupa dos armários. Não sei se se lembram disso? Pois isso acabou por obras da Câmara Municipal de qualificação. Ou ainda o estradão do molhe norte, hoje utilizadíssimo por milhares de pessoas que usam um molhe Norte para fazer aquilo que bem entendam, passear, pescar, etc.
O investimento enorme que fizemos no campo dos Escuteiros. Só o ano passado acolheu 14.000 jovens escuteiros do país e de vários países do mundo estrangeiros, e a nossa primeira obra que fizemos, ainda éramos uma câmara, enfim, péssima, cheia de problemas, a recuperar no nosso primeiro mandato, que foi dar qualidade e dignidade ao Centro de Saúde da nossa freguesia de São Jacinto e, portanto, só para deixar aqui os exemplos principais para não vos estar a cansar e a usar muito tempo.
E, obviamente, os compromissos que temos e que lutamos por eles, para continuarmos a trabalhar, com investimentos que é preciso cuidar. Há pressões sobre São Jacinto. Disse-o na cerimónia dos 70 anos. Querem aqui instalar grandes operações industriais, umas que nos interessam, outras que não nos interessam coisíssima nenhuma. O Governo anterior tentou à socapa instalar esse tipo de coisas sem falar connosco, com a conivência da Administração do Porto de Aveiro. Estamos atentos, a trabalhar, para que o que se venha a fazer aqui, seja conversado connosco, decidido por nós, para que São Jacinto não venha a ser um subúrbio industrial de sétima categoria. Que continue a ser uma povoação de grande qualidade urbana, de grande qualidade ambiental e que tenha atividade económica, que pode ser também industrial, mas com equilíbrio, com qualidade, com alta tecnologia e não de pica ferro, porque obviamente, não estamos exatamente interessados em indústria de pica ferro num sítio tão fantástico do nosso município e do nosso país quanto é São Jacinto.
Muito obrigado, Senhor Presidente."

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início[015] ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia
Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016]

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssima Mesa, Secretariado, Presidente e Executivo da Câmara, caros eleitos municipais, todos cidadãos que estão presentes e os que nos seguem pela via digital.

O traço mais marcante da situação política nacional é a degradação da situação social do país.

A insistência numa política de salários baixos, de precariedade e de combate aos direitos dos trabalhadores, que só as lutas nas empresas e locais de trabalho têm conseguido contrariar, o ataque aos serviços públicos, com a notória degradação do Serviço Nacional de Saúde a par do crescimento do negócio privado da doença à custa de recursos públicos, as crescentes dificuldades no acesso à habitação com a desregulação das rendas e o aumento da especulação imobiliária, são elementos que caracterizam a política do Governo PSD/CDS, em convergência no essencial com o Chega e a Iniciativa Liberal e viabilizada pelo PS com a sua abstenção no Orçamento do Estado.

Num momento em que assistimos a sérias e justas preocupações quanto ao fenómeno da corrupção e à necessidade de a prevenir e combater, é preciso dizer que, mais do que vagas proclamações, importa apontar as reais causas da corrupção que são, no fundamental as relações de promiscuidade entre o exercício de funções públicas e o benefício de interesses privados.

A esse respeito, o recurso à arbitragem para resolver litígios entre o Estado e grupos económicos privados que envolvem muitos milhões de euros de recursos públicos constitui um verdadeiro escândalo que muitos pretendem ignorar.

Encontrando-nos em São Jacinto, terra de trabalho e tradição piscatória, incluída numa vasta região de pesca, não é demais relembrar que apesar de possuir uma das maiores zonas económicas exclusivas da Europa, Portugal mantém um défice crónico na balança comercial de produtos da pesca, que em 2023 era de 1.176,2 milhões de euros.

A existência de apenas 3.724 embarcações licenciadas, menos 10% do que em 2022, é resultado da desastrosa submissão aos ditames da União Europeia, do enfraquecimento da capacidade produtiva, do contínuo aumento dos custos de produção e do esmagamento dos preços em primeira venda, em contraste com os preços nas grandes superfícies, cujas diferenças chegam a superar os 400% ou os 500%.

Além de apoios à modernização e desenvolvimento da frota e equipamentos e aos combustíveis, é necessário reduzir os custos de produção, que penalizam especialmente as micro e pequenas empresas de cariz familiar, aumentar os preços em primeira venda, fixar margens máximas de comercialização e valorizar todo o pescado nacional.

A pesca é cada vez menos atrativa e compensadora, como demonstra a redução em 31% do número de pescadores nos últimos 20 anos, em consequência dos salários e rendimentos muito baixos e muito intermitentes, dos horários desregulados, da descontinuidade, e da fragilidade contratual e da desvalorização social da profissão, a par dos riscos das atividades a bordo.

O recente naufrágio ao largo da Marinha Grande causou a morte de seis pescadores, colocando em evidência a subsistência da falta de meios e condições de segurança a bordo e de meios de busca e salvamento.

*Na Assembleia da República**,** o PCP vai apresentar um projeto de resolução com vista ao efetivo funcionamento da Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens do Mar (CPASHM), que deve apresentar um relatório sobre as recomendações de segurança feitas e não concretizadas**.***

O projeto contempla ainda o reforço do investimento em meios de socorro e resgate em sinistro marítimos, legislação que torne obrigatórios dispositivos individuais de localização com ativação automática na queda ao mar e um plano nacional de dragagens de portos e barras. Disse."

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017]

"Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha. A lei 59/2021 introduz a obrigatoriedade dos municípios de elaborarem um regulamento municipal de gestão do arvoredo, num prazo de um ano a partir da entrada em vigor da Lei.

Ora encontramo-nos em 2025 e Aveiro continua sem esse regulamento. Porquê? E para quando se encontra previsto? Tendo em conta o numero de arvores cortadas no município nos últimos anos, o regime jurídico de gestão do arvoredo estabelece que seja feito no raio de dez quilómetros, questionamos onde estão a ser plantadas essas arvores.

Esta lei estabelece também a obrigatoriedade de um inventário municipal de um arvoredo urbano e a sua divulgação em plataforma on-line. É lamentável que o PAN tenha trazido ainda no mandato anterior uma recomendação a esta Assembleia Municipal sobre a matéria e que a mesma tenha sido rejeitada porque a Câmara disse que já estava a desenvolver e que esta plataforma continue sem existir.

Continuamos a perguntar pelo canil municipal, pelo cumprimento da lei nesta matéria, pela recolha dos animais abandonados, a sua esterilização e acompanhamento à adoção. Continuamos com matilhas na rua. O PAN já aqui trouxe uma proposta para um parque de matilhas e um programa CED que foram rejeitadas. Continuamos praticamente com tudo por fazer na área animal em Aveiro. Disse."

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018]

"Boa noite a todas e a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, vereadores, deputadas e deputados, e ao publico aqui presente e em especial à comunidade de São Jacinto. No último ano, o transporte fluvial entre o Forte da Barra em Ílhavo e São Jacinto freguesia de Aveiro, tem enfrentado problemas significativos devido à interrupção do transporte fluvial, afetando diretamente a vida dos nossos habitantes.

A interrupção do serviço, somada às falhas técnicas recorrentes, expõe a fragilidade da oferta atual de transportes públicos em Aveiro. Não podemos ignorar as inúmeras supressões de carreiras e paragens, que tem deixado as pessoas sem alternativas viáveis para as suas deslocações diárias.

É urgente uma revisão estrutural do transporte fluvial, garantindo não apenas a sua operacionalidade, mas também a sua adequação às necessidades reais da população. Para além do aumento de carreiras, isto implica a implementação de uma lancha direta entre São Jacinto e Aveiro, junto da antiga lota ou ao terminal sul do Porto de Aveiro, proporcionando uma solução eficaz e segura.

A proposta de criação de uma ligação direta entre São Jacinto e Aveiro não é nova e tem vindo a ser reiteradamente apresentada pelo Bloco de Esquerda ao longo dos anos.

E, por estarmos em São Jacinto, não poderíamos deixar de mencionar a Reserva Natural de São Jacinto e o modelo de cogestão que está atualmente em funcionamento. É importante lembrar que a avaliação deste modelo foi solicitada à EUROPARC Federation, que é especializada em turismo em áreas protegidas. A Comissão de Cogestão é presidida pela Câmara Municipal de Aveiro e coordenada pelo ICNF. No fundo, uma espécie de municipalização encapotada. Não obstante, muitas áreas protegidas terem estado votadas ao abandono, com infraestruturas muito degradadas e algumas em clara decadência, este novo modelo segundo os próprios precursores assenta sobretudo numa "valorização e promoção do território". Nos discursos oficiais sobre as Áreas Protegidas fica patente essa vontade economicista de valorizar que é como quem diz rentabilizar e capitalizar estas áreas naturais.

Por estes dias foi também publicado em 21 de fevereiro que determina a elaboração do Programa Especial da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, que vai traduzir-se na adaptação do plano de ordenamento vigente ao atual quadro normativo.
Estamos atentos igualmente ao trabalho destas comissões. Na primeira, é o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro que preside à comissão de cogestão, composta entre outros, por organizações de gestão florestal, de animação turística e o instituto de investigação na área da indústria do papel – o Raiz I&D. Vamos estar atentos.
Distinto, mas preocupante, veja-se o que está a acontecer aqui bem perto no perímetro florestal das Dunas de Ovar, que tem sido alvo de cortes de madeira autorizados pelo Instituto da Conservação da Natureza (ICNF), onde um plano de gestão florestal, permite o abate injustificado de pinheiros sem ser acompanhado de uma política de reflorestação – Não queremos isso em São Jacinto.
Da mesma forma, opomo-nos ao recente diploma que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), que permite a reclassificação de solos rústicos (na RAN e REN) em solos urbanos para habitação.
Em causa não só está a inutilidade deste decreto-lei para o alegado objetivo de enfrentar a crise habitacional, mas os graves impactes sobre as áreas classificadas pelos seus valores naturais, a provável arbitrariedade e descontrolo na expansão urbana, com custos acrescidos, para zonas que colocam em risco pessoas, a conservação da natureza, bens e ecossistemas num contexto de agravamento dos efeitos das alterações climáticas.
Não concordamos também que a zona ribeirinha seja usada para projetos imobiliários que privilegiem a especulação ao invés de ser enquadrado nas necessidades de desenvolvimento social e económico da freguesia e do concelho, na paisagem e nas necessárias condicionantes ambientais essenciais para manter a própria atratividade turística de São Jacinto, para além da necessária proteção de riscos.
Para terminar, e sobre as alterações climáticas, queria perguntar ao Senhor Presidente de Câmara sobre o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) fomos informados que várias medidas já se encontravam "em curso", mas supostamente "em curso" nem sequer estão consideradas nas GOP para 2025, quando já deveriam ter sido postas em prática em 2024.
Portanto gostaria de saber como está o Plano. Obrigada."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:019
"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Aproveito este momento para cumprimentar a população de São Jacinto na pessoa do Senhor Presidente de Junta Arlindo Tavares, e que bom é estar de volta a São Jacinto para participar numa Assembleia Municipal, agora com a Junta de Freguesia com a situação financeira regularizada e preparada para enfrentar o futuro.
Este é o momento para dar os parabéns à Câmara pela solução apresentada e à Junta por ter posto em prática a solução.
Portanto os nossos votos de que no futuro não volte a ter os problemas do passado e que as coisas corram bem daqui para a frente."

Vogal Mário Costa (PS) 020
Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:021
"Boa noite. Na pessoa do Arlindo Tavares, excelentíssimo Presidente da Junta de Freguesia de São Jacinto, queria cumprimentar todos os Cidadãos desta mui nobre, bela e acolhedora Freguesia, numa ponta, a ponta norte, do concelho de Aveiro. Agradecer também e na pessoa

do Senhor Presidente de Junta a forma como somos recebidos nesta terra. Arlindo a bancado do PSD nesta Assembleia agradece toda esta forma acolhedora das pessoas de São jacinto.
Na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e do Presidente do Executivo cumprimentar todos os presentes e os que nos assistem nas redes sociais.
Dizia eu e voltando a São Jacinto, a esta terra, terra esta fustigada pela má gestão, incompetência e incapacidade de gerir, por uma matriz politica que norteou São Jacinto e o concelho de Aveiro. Foi a mesma matriz de exercer os cargos políticos e de gerir os dinheiros públicos. Foi assim no Município de Aveiro e na Freguesia de São Jacinto foi a matriz socialista de um "soutismo" incapaz, incompetente, que criava e amontoava dividas e dividas para outros gerirem e pagarem.
Hoje em dia temos uma junta de Freguesia sem dividas, com as Contas em dia e temos uma Camara Municipal que outros transformaram na terceira maior divida municipal do país, numa divida residual e com uma caixa corrente de pagamentos a 6 dias, repito a seis dias, a isto chama-se boa de gestão, competência e capacidade.
Mas Senhor Presidente, São jacinto precisa de algo mais. Precisou de liquidar as suas dividas, mas agora precisa de dinâmica e investimento. Nesse sentido Senhor Presidente da CMA, e gostávamos que houvesse capacidade de execução no pavilhão, nas piscinas e claro na requalificação (desculpe o termo sr. presidente pois o que lá estava não era um parque de campismo), queremos capacidade de execução no novo Parque de Campismo de Aveiro situado em São Jacinto. Capacidade de execução em São Jacinto porque Aveiro merece."

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:[022]
***"**Senhor Presidente, muito obrigado. Apenas duas questões. Como todos sabem, as questões aqui colocadas pelo Mário Costa, que foi o recordista em número, mas também sabem que são questões do ponto segundo da ordem de trabalhos e eu responderei a tudo nesse ponto.*
Há apenas 2 questões colocadas, que não têm a ver, enfim, tudo tem a ver como é lógico, mas a responsabilidade de gestão é nossa e, portanto, deixar duas notas.
Em relação à emergência médica em São Jacinto ela tem toda a prontidão que é precisa, no quadro das operações geridas pelo Ministério da Saúde e pela nossa corporação de bombeiros, sabendo que no que respeita a um e a outro, seja no Ministério da Saúde a cooperação das instalações com a Câmara, seja na nossa corporação de bombeiros que têm cooperação ao nível do investimento financeiro da própria Câmara Municipal.
Quanto a acabar com as portagens, como sabe, foi pena, foi pena não, foi bom que o Partido Socialista tenha tido uma iniciativa legislativa com apoio do Chega, que acabou com as portagens na A25, além de outras, mas enfim, falemos aqui daquela que nos respeita mais, enfim, porque obviamente, a luta que eu e os autarcas desta região fizemos até 2010, quando entrou em vigor com um governo do Partido Socialista, as portagens da A25, defendemos com argumentos muito claros que A25 não podia, não devia, ser portajado.
Foi assim que trabalhámos, lutámos arduamente, mas, obviamente chega-se ao fim da conta e é o Governo que manda, como é lógico. E mandou nessa altura o Governo do Partido Socialista, do Eng. José Sócrates, e todos os governos que se seguiram mantiveram as portagens na A25.
O Governo anterior introduziu uma nuance com alguns descontos em certas condições e pronto, aqui chegados essa lei que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro do presente ano, aprovada no Parlamento pelo Partido Socialista e pelo Chega, e mais alguns partidos pequenos que também apoiaram, mas imaginem esqueceu-se de 13 dos 199 quilómetros da A25. Exatamente a área de Aveiro. E depois tem um argumento que é ridículo, aliás, um deputado que agora é Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista, Hugo Oliveira, enfim, dá-se ao ridículo com alguma regularidade, faz um artigo, foi publicado pelo

Diário de Aveiro, a dizer que não, a opção do Partido Socialista foi só de tirar as portagens no interior!? É um conceito novo, porque o interior para o Partido Socialista começa ali no cruzamento da autoestrada A25 e a autoestrada A1. É uma coisa que a gente não sabia, que o interior começava tão próximo aqui orla costeira. Não sabíamos, é uma novidade que o Partido Socialista trouxe.
E é mentira. Mas é sempre um recurso político que o Partido Socialista usa sistematicamente, é que o primeiro pórtico, o pórtico mais litoral da A25, aquele que ainda lá está para quem tiver problemas de memória, quem vem Barra, da Gafanha da Nazaré e passa o canal do Rio Boco, e também conhecido como a ponte da Friopesca, quem passa para o município de Aveiro, lá está ele, o pórtico que já teve os aparelhos de cobrança, que foram tirados por um trabalho feito por mim, como Presidente da Câmara de Ílhavo e com o Presidente da Associação de Municípios da Ria à data, e conseguimos numa negociação muito pesada com o Secretário de Estado Paulo Campos, que o pórtico mais litoral não fosse portajado.
E, portanto, vejam a mentira do Partido Socialista. Porque não é uma questão de interior ou litoral, porque o pórtico mais litoral da A25 não tem portagens.
E, portanto, lutamos. Fizemos diligências, tornei-as públicas junto do Governo, para que estes 13 quilómetros sejam desonerados. Não faz qualquer sentido esta circunstância. Soubemos por acaso que, sinceramente ainda não sei formalmente, se o Bloco de Esquerda já deu entrada formal da iniciativa legislativa que disse que ia fazer publicamente, de apresentar um projeto-lei para resolver esta questão. Eu espero que sim, não quero saber qual é o partido que vai apresentar. Quero é saber se vai ser resolvido. E que prova que isto não faz qualquer sentido. E as diligências que fizemos junto do Governo para que o Governo ele próprio também faça tudo para acabar com este absurdo. Mas este é o histórico só para que não estejamos aqui a baralhar as pessoas. Foi boa a iniciativa do Partido Socialista, foi um disparate, obviamente, ter deixado 13 dos 199 quilómetros A25, portajados em Aveiro. Muito obrigado. As outras questões responderei no ponto segundo da ordem de trabalhos."

Ponto 1 – Apreciação e votação da prorrogação do prazo das Medidas Preventivas por motivo de elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso;
(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 06/02/2025 e reunião ordinária de 20/02/2025, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra[023] ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:[024]
"De forma muito breve, é sabido que prorrogámos o prazo de elaboração do plano de pormenor do canal do paraíso e também do plano de pormenor do Plano do Parque Desportivo de Aveiro por mais 6 meses. Este do canal do paraíso tem medidas preventivas e é óbvio que temos que prolongar o efeito das medidas preventivas por mais 6 meses.
Foi solicitado o parecer também obrigatório da CCDRC que, obviamente, também disse que sim. É uma questão muito simples, muito administrativa, esta prorrogação de 6 meses para acabarmos, para elaborarmos o plano de pormenor. Exige que nós prorroguemos o efeito das medidas preventivas que a própria assembleia aprovou e, portanto, enfim, é apenas isto que está em causa. A competência é da Assembleia Municipal e, obviamente, daí a proposta

que trouxemos à Assembleia Municipal esperando o bviamente a sua aprovação. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:026

"Como o PCP já referiu nesta Assembleia no passado o que estava previsto em PDM para aquele território e que importa reafirmar, do nosso ponto de vista, é que esta começa por ser uma zona especial de proteção. De alta sensibilidade ecológica e consequente impacto.

Aliás a Câmara também prescinde do um estudo de impacto ambiental. Esta era uma área central tipo 1, onde se têm que respeitar alinhamentos, volumetrias e cérceas e outras características formais da envolvente e que esta é uma faixa fundamental e incluída na rede ecológica municipal e rede Natura. Particularmente para garantir o princípio de continuidade ecológica e servir como rota ou colchão, de ligação entre o verde urbano da Baixa de Santo António e a Ria.

É que este espaço também é fundamental na resolução das ligações e continuidades pedonais e cicláveis, quer para os percursos da ria, quer para a ciclovia de ligação às praias.

O que pode ser simples do ponto de vista técnico e é, não o é em termos políticos. Porque são as opções políticas que determinam o resultado final do que vai ser aquele espaço para Aveiro e para os Aveirenses e essa é a questão de fundo.

Este local é uma excelente oportunidade para restaurar a dignidade paisagística da mais importante porta da cidade, um espaço de permeabilidade e conexão, um espaço que deveria ser de usufruto para os Aveirenses em primeiro lugar, que servisse o seu potencial intrínseco de aprofundamento da relação entre a cidade e a Ria.

Mas este é um Plano, no essencial visa uma sobrecarga turística de excelência de "qualidade superior" à qual nos opomos. Propomos um espaço publico, de interesse paisagístico e de usufruto para as crianças. Posto isto, votaremos contra esta prorrogação."

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:027

"Sobre a apreciação do prazo das medidas preventivas, não deixa de ser curioso um executivo PSD/CDS e maioria de direita nesta assembleia, que tanto defende que isto da construção é só com o mercado a funcionar, tenha votado e imposto medidas de limitação à propriedade privada e à liberdade económica.

Que tenha reconhecido que para haver desenho urbano, o mesmo não é feito privado a privado, mas sim o Estado a definir as regras e até explicou que "a crescente pressão urbanística e a perspetiva, a curto/médio prazo, de investimentos estruturantes, constitui uma circunstância excecional que poderá resultar na alteração significativa da perspetivas de desenvolvimento económico e social locais, que limitará a liberdade de planeamento e pode comprometer ou tornar mais onerosa a execução do Plano de Pormenor, justificando-se, assim, o estabelecimento de medidas preventivas".

E por isso o Estado, no caso esta Câmara Municipal de direita e a maioria de direita na AM, aprovou em outubro 2023 o estabelecimento por 18 meses, de medidas preventivas por motivos da elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, que agora se propõe a sua prorrogação por mais 6 meses, por outras palavas, alargar o prazo de vigência da proibição de operações de loteamento, obras várias no edificado, remodelação de terrenos, demolições ou mesmo derrube de árvores.

À época da proposta de medidas de prevenção, veio a público que o terreno da antiga empresa Bóia e Irmão tinha sido colocado à venda por 20 milhões de euros, tendo como destino a construção de um hotel de luxo.
A divergência do Bloco de Esquerda com o executivo de direita não se prende obviamente com o direito de o Estado intervir na economia. A nossa oposição é estrutural porque defendemos um modelo alternativo de desenvolvimento urbano, de políticas de habitação e desenho para o Cais do Paraíso daquele que tem sido seguido pelo executivo PSD/CDS.
Entre as prioridades do Bloco de Esquerda estão o combate à especulação imobiliária, através do aumento da oferta pública de habitação a custos controlados. E por isso fomos contra a venda de terrenos públicos pela Câmara Municipal. Esses terrenos deviam servir para habitação a custos controlados para a classe média e assim fazer descer o preço também das habitações privadas, por pressão no mercado.
No atual contexto de medidas preventivas, entendemos que devia existir a cativação pública das mais-valias urbanísticas. A decisão da câmara municipal sobre o quê e onde se pode construir resultará na valorização de uns terrenos em detrimento de outros. É apenas lógico que essa valorização resultante de uma decisão pública, deva reverter para o erário público, à luz do que já acontece em outros países europeus.
No caso do Cais do Paraíso consideramos que os mecanismos de ordenamento do território, sobre a habitação nova nesses terrenos privados, devem garantir habitação em que 25% dos fogos habitacionais sejam obrigatoriamente inseridos no mercado de arrendamento a custos controlados.
A limitação antes da elaboração de um plano de pormenor tem obviamente a nossa concordância. No entanto, estamos fortemente comprometidos em tornar a habitação acessível. É por isso que não pudemos em Outubro de 2023 votar favoravelmente esta proposta e agora esta prorrogação do prazo de vigência estando pré-anunciado que aqueles terrenos são para sobreaquecer ainda mais o mercado imobiliário."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:028
"*Obrigado, senhor Presidente, também sobre esse assunto. Nós estamos de acordo com a prorrogação do prazo. Disse."*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:029
"Boa noite a todos. O Partido Socialista, ponto de vista genérico, evidentemente que não pode, subscreve a posição dos vereadores do executivo de abstenção e, portanto, vamos manter aqui na Assembleia. Mas tecnicamente não somos contra, pelo contrário. A conclusão de algumas medidas em relação ao plano, fazem todo o sentido. Eu lembro que o PSD tem previsto para ali, não sei que PSD, se o anterior se é agora o novo, qual é, mas tinha previsto para ali uma torre com 14 andares ali em frente ao Bóia e Irmão. Quem chegar a Aveiro é fácil ver uma torre de 14 pisos e não é só uma torre. São três edifícios em estrela, que foi o desenho que apareceu.
Não sei se o desenho será um projeto de algum concurso de ideias ou do que for, mas o que é certo é que foi a imagem que apareceu na altura, isso é preocupante, como é evidente. Que haja um hotel não me parece mal. Com essa dimensão ali à entrada da cidade é evidente que não pode ser. Seis meses para prolongar, fazer medidas preventivas, melhorar o plano de pormenor, acho que faz todo o sentido. E essa é que é a questão central.
Houve muita acrimónia nos últimos tempos, não connosco, vá lá, mas houve muita acrimónia dentro do seio do PSD. Espero que isso não prejudique o andamento dos trabalhos aqui na Assembleia, porque eu recordo-me fiz parte do último mandato do Doutor Élio Maia, também

eleito pelo PSD. Ele trouxe aqui algumas medidas que a própria bancada votou contra, designadamente pedidos de empréstimos e etc, na parte final do mandato. E espero que haja uma solidariedade e uma entreajuda na Aliança com Aveiro em relação ao projeto que prometeram aos aveirenses e que ainda está para durar até final de Setembro deste ano."

Vogal Ana Seiça Neves (PS)[030]
Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031]
"*Sobre este ponto, sendo um ato formal para algo que já aqui aprovado a bancada do PSD votará favoravelmente. Quanto à parcimónia no PSD, o Senhor deputado penso que não esteve bem. E digo-lhe que o PSD tem muita parcimónia e basta olhar para si. Mudámos de Governo há mais de um ano. O PSD está no Governo há mais de um ano e o senhor mantém o cargo na gestão da APA."*

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:[032]
"Muito obrigado Senhor Presidente. Muito o brigado a todos. Em relação ao que disse o António Nabais só dar uma nota. Essa questão de que o terreno tem alta sensibilidade ecológica é falso. Não sei de que terrenos está a pensar! Este terreno tinha uma ocupação industrial, portanto inventou agora alta sensibilidade ecológica. Essa matéria e não é alta sensibilidade ecológica. É reserva ecológica apenas pelo leito de água, não há nenhum valor de fauna ou flora que seja protegido. O que há é a área ocupada pelo canal propriamente dito, que está fora da incidência deste Plano de Pormenor. Portanto não vale a pena inventar coisas. Não há nenhuma parcela de terreno da pequena-área, como sabemos que é uma área pequena, nesse plano de pormenor que tenha alta sensibilidade ecológica. Isso é absolutamente falso. As pessoas sensatas e que não mentem e que conhecem aquela parcela, sabem que não há lá sensibilidade ecológica nenhuma.
Segunda questão em relação ao que disse "espaço para crianças" enfim, quando estivermos a discutir o plano de pormenor e quando for o inquérito público, apresentem as vossas ideias. Já podiam ter apresentado as vossas propostas de plano de pormenor, desde que veio aqui abrir o processo. E o que se vai lá fazer, seja um hotel como queremos, seja o que for, é também para as crianças. O hotel não vai ser proibir as crianças irem para lá. Portanto, não vale a pena essas coisas ridículas. O espaço para as crianças, enfim, por amor de deus, tudo o que a gente faz é para as crianças e as crianças neste país. Na Rússia não é assim e muito menos na Coreia do Norte. Há limitações graves à liberdade das crianças, mas em Portugal não. Somos uma democracia tão tolerante que até admitimos comunistas, coisa que na Rússia e na Coreia do Norte não se admitem social-democratas nem socialistas, nem democratas-cristãos.
Portanto, penso que isto baralha-lhe um bocado pensamento, mas, enfim, é a matéria.
A Celma. Pronto, ó Celma, temos sempre aquelas questões ideológicas. Não, vale a pena. Apenas lembrar que nesta parcela do território do plano pormenor, não há parcelas públicas. Todo o terreno, todas as parcelas, são 7, são todos os terrenos privados. A Câmara não tem propriedade nesta área e, portanto, a sua questão de princípio que todos conhecemos de outras discussões, no Plano de Pormenor do Cais do Paraíso não se aplica.
A Câmara não é dona de nada. Havia uma exceção que era aquela parcela de terreno também de um passivo que ainda lá está, ainda não foi resolvido de todo, onde começou a ser construída a nova sede da EPA, empresa de pesca de Aveiro, esse terreno como a EPA foi à falência, foi entregue ao Ministério das Finanças e foi entregue a Câmara, não em regime de propriedade plena, mas de cedência para o uso.

E nas definições do plano de pormenor, obviamente, cumpriremos aquilo que está formalizado no acordo de cedência com o Ministério das Finanças que é de ser praça pública. Foi aquilo para que solicitamos a cedência, foi para que aquela parcela, que é fácil de perceber, é aquele sítio onde as pessoas hoje usam para estacionar carros, que ainda tem lá por baixo as sapatas e os pilares onde assentou o edifício da Empresa Pesca de Aveiro e, portanto, a exceção é essa. Não somos proprietários. Temos um direito de uso por 50 anos condicionada a ser Praça pública.

Às questões do Pires da Rosa. O Pedro é uma pessoa divertida e eu às vezes acho-lhe piada, enfim. Mas ultimamente tem sido raro achar-lhe piada. É uma pena, pelo menos servia para alegrar a Assembleia aqui e agora nem para isso serve. Saibam que aqui não é um espaço de tratar de outras matérias. Nós aqui temos um compromisso. A Aliança com Aveiro, nos seus 3 partidos, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal temos um compromisso. Cumprir o mandato que recebemos dos seus eleitores e ele será cumprido em intensidade, não até ao final de Setembro, mas algures pelos meados de Outubro. Exatamente até ao dia em que o meu sucessor e os nossos sucessores tomarem posse. E, portanto, este é o quadro. Noutras matérias ligadas ao processo eleitoral, tem um outro campo, são tratadas num outro fórum, nós aqui, o nosso empenho de autarcas da Aliança com Aveiro é honrar o nosso compromisso com os cidadãos eleitores, que nos deram uma claríssima maioria absoluta para nós, governarmos os órgãos autárquicos. Os dois municipais e os vinte de freguesia. E é aí que estamos subordinados.

As questões das eleições autárquicas de 2025 são tratadas num outro fórum. Por mais que vocês venham cá saudar candidatos ou fazer dissertações absurdas sobre o PSD. enganaram-se na porta. Aqui é o fórum em que nós (vocês fazem o que quiserem), isto não é a Coreia do Norte e cada um faz o que quer, mas nós estamos empenhados em trabalhar para cumprir o nosso compromisso até ao último dia do nosso mandato, como tenho dito e repetido.

Quanto à doutora Ana Seiça Neves, em relação também, teve aqui uma pequena questão sobre o meu sucessor. Temos uma felicidade muito grande senhora doutora. É que vamos comprometer e temos comprometido imenso futuro de Aveiro. Mas comprometido bem e não como quando vocês. Que governaram este município e comprometeram muito mal. Deixaram uma dívida violenta que ainda temos mais 10 anos pela frente para acabar de a pagar. Ainda não está toda paga.

Nós temos um financiamento que contratámos de 80 milhões de euros, para sanear financeiramente a nossa Câmara, devido à dívida. Portanto, isso é que é comprometer em sentido negativo.

É evidente, também deixaram algumas coisas boas para o futuro, mas são muito poucas. Mas são algumas para quem governou 8 anos, foi muito pouquito. Mas o compromisso no sentido de que o que fazemos tem impacto no futuro ó senhora doutora não é possível de outra maneira. As estradas, os edifícios, as coisas que ainda há bocado falava de São Jacinto, são compromissos para o futuro. Claro que são compromissos, embora o meu sucessor, os nossos sucessores podem chegar e partirem tudo. Podem pegar em concursos público de demolição e podem partir tudo. Quer dizer, tem esse direito, portanto, não vale a pena estarmos aqui com fetiches absurdos.

Nós temos uma responsabilidade política e legal de governar. O Partido Socialista se eu fosse recandidato, estava aqui a dizer "eleitoralismo" está a usar o cargo para eleitoralismo para que votem em si. Agora que a gente continua a trabalhar até últimos dias veem para qui dizer "está a comprometer o futuro". Desta palhaçada Socialista já estamos muito habituados.

Uma outra questão. Porque é que precisamos de mais 6 meses. Nós precisamos de mais 6 meses, porque precisamos de mais 6 meses. É uma coisa muito simples. É muito simples, é uma questão matemática. Eu sei que às vezes as pessoas das Letras têm dificuldade em

contabilidade, mas é isto. Nós precisamos de mais 6 meses, porque precisamos de mais 6 meses para terminar o Plano de Pormenor do Cais do Paraíso.
Quanto à travessia Ílhavo/Aveiro, só informar a Senhora Doutora que provavelmente pode ver o que eu lhe vou dizer consultando o Plano. A área de incidência do Plano de Pormenor do Cais de Paraíso cinge-se ao município de Aveiro. E o município de Ílhavo está muito longe. Portanto não há nenhuma via dentro do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso que faça a ligação a Ílhavo. Porque Ílhavo não vêm pela Rua da Pêga dentro, está lá longe e, portanto, o Plano de Pormenor do Cais do Paraíso está só dentro do município de Aveiro. E, portanto, pela natureza da coisa, não tem qualquer ligação a Ílhavo como é obviamente e fácil de ver, para quem está atento. Muito obrigado."

Membros da Assembleia
Vogal Ana Seiça Neves (PS)[034]
Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:[035]

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação[036] Ponto 1 – Apreciação e votação da prorrogação do prazo das Medidas Preventivas por motivo de elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, sendo a proposta aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (PSD17+CDS5), oito abstenções (CH1+PS6+PAN1), e três votos contra (BE2+PCP1).

Declarações de voto:[038]
Vogal António Nabais (PCP):
"Senhor Presidente a minha intervenção é a declaração de voto do PCP."

Vogal Celme Tavares (BE):
"Senhor Presidente a minha intervenção é a declaração de voto do BE."

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 12NOV24 a 24FEV25.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra[039] ao Presidente da Câmara para apresentação do documento sobre a Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:[040]
"*Muito obrigado. Enfim, eu destacaria aqueles pontos que coloquei nos 18 primeiros desta comunicação. Foi um período de tempo longo este que mediou esta anterior reunião ordinária, e muito rico em atividade. Desde logo, fechámos o ano em que fomos Capital Portuguesa da Cultura, fechámos as Boas Festas em Aveiro, aliás, as Boas Festas já fechamos em 2025 no quadro das celebrações do São Gonçalinho e da passagem do ano. Foi de facto um grande evento. O espetáculo que encerrou a Capital no dia 29 de Dezembro, foi um grande espetáculo e, portanto, ficamos muito felizes.*
Foi um balanço muito feliz, foi um ano muito, muito intenso, muito positivo. Foram mais de 700 espetáculos e neste ano vamos cuidar e estamos já a cuidar, de deixar a memória. Tivemos um evento no dia 12 de Fevereiro, vamos ter um outro evento no dia 23 de Maio e um terceiro evento no dia 10 de Junho para deixar essa avaliação, esse registo de história de um ano histórico em que Aveiro foi a Capital Portuguesa da Cultura.

Passámos o testemunho a Braga. Já estamos também a trabalhar além da cooperação com Braga, temos também trabalho de cooperação já em curso com Ponta Delgada, ainda há 2 semanas recebi a Kátia Guerreiro que é a comissária gestora de Ponta Delgada, Capital Portuguesa da Cultura 2026 e, portanto, prossegue esse trabalho de cooperação, porque entendemos que é muito positivo este título de capital portuguesa, liderado pelos municípios portugueses, que têm sido, de facto, os grandes investidores em cultura no nosso país. E, portanto, este período teve esta transição de 2024 para 2025 e, obviamente, tem que se deixar esta palavra com balanço muito positivo daquilo que foi a nossa capitalidade de cultura em 2024.

Nas obras, obviamente que destaquei 2, são os 2 primeiros pontos da própria ordem de trabalhos. A nossa inauguração da nova escola de primeiro ciclo de Eixo que inauguramos festivamente no dia 18 de Dezembro, edifício, novo fantástico, com grande qualidade. Demolimos a velha escola primária, tem agora no sítio onde ela estava uma placa desportiva nova com a devida qualidade que a anterior não tinha. Fizemos uma intervenção também de qualificação do próprio edifício da EB 2/3 e do pavilhão. E, portanto, é uma unidade escolar onde temos pré-escolar, primeiro ciclo, e segundo e terceiro, que, obviamente, tem hoje uma qualidade muito, muito relevante, que não tinha antes desta grande intervenção com cerca de 2 milhões de euros de investimento.

A outra é uma fase diferente. É a adjudicação do edifício novo que vamos construir em Nossa Senhora de Fátima, da Unidade de Cuidados Primários de Saúde, que vai basicamente, principalmente, servir as nossas comunidades de Requeixo/Fátima/Nariz. É uma operação que temos financiada pelo PRR, com contrato assinado e, por isso, já fizemos a reunião com o empreiteiro que ganhou a obra, portanto, agora em meados do mês de Março vai iniciar-se a obra. Como sabeis, atualmente as obras são financiadas por fundos comunitários, não são passíveis de visto prévio do Tribunal de Contas, é visto sucessivo e, portanto, é isso que estamos a fazer, tratar de arrancar com a obra, enfim, e depois segue o processo de visto.

Mas foi um concurso que correu tranquilamente, não haverá problemas nenhuns em termos de visto.

Em termos de obras, comemorámos também o primeiro ano da obra do Rossio. Aliás, comemoramos também já o primeiro ano do parque de estacionamento do Rossio, com as quase 70 mil entradas que temos. Portanto uma nova área da cidade que deixou o primeiro ano, deixou clara a sua utilidade, a sua contribuição para a dinâmica comunitária.

Os muitos eventos da Câmara e de outras entidades que lá aconteceram. Utilidade do parque de estacionamento e, portanto, este assinalamento do primeiro ano da obra e da entrada em funcionamento do parque de estacionamento foi muito importante.

Em termos de arranque de obras, uma obra privada, que está a ser construída em cima de um terreno que a Câmara vendeu é o edifício que tem as tais três componentes, a componente de parque de estacionamento, uma pequena unidade comercial e a peça principal que é uma residência universitária que já está em plena obra, ali naquele terreno que vendemos ali entre o Seminário e o Hospital e o edifício da antiga reitoria da nossa universidade.

É uma operação muito importante. É uma obra que está em pleno curso, com um excelente empreiteiro e, portanto, esperemos que tudo corra bem nessa interação.

Já cá falámos, por São Jacinto, mas são nove as IPSS e a nossa Santa Casa da Misericórdia, que têm apoios para os grandes investimentos em equipamentos sociais. São um quase 2,5 milhões de euros de investimento, um deles já falámos dele aqui em São Jacinto e, portanto, é uma operação que está em curso. Falta-nos assinar com o Centro Social Paroquial de Nariz, que teve uma questão interna de mudança de direção e tivemos que esperar a chegada da nova direção para agora ser assinado. E ainda está pendente de uma diligência do Centro Social de Eirol com a Segurança Social para podermos assinar o contrato com o Centro Social Paroquial de Eirol. Foi também o tempo de assinarmos os protocolos com as

Associações Desportivas que funciona de forma diferente das outras. As outras é ao ano civil completo, as desportivas, obviamente, é a época a época desportiva.
E falar de provas desportivas, obviamente vamos ter, está toda a gente convidada, para aquilo que aguentarem, seja os 5 quilómetros da caminhada, ou os 10 os 21 e os 42 da corrida. no dia 27 de Abril a Maratona da Europa.
Agora com o selo diferente. Entrámos para o ranking das 100 melhores maratonas do mundo. Somos a número 95 o que é notável, para uma maratona tão jovem, com tão poucas edições, estar nesse patamar e, portanto, queremos continuar a subir e, obviamente, é preciso que tudo corra bem. Bem, não! Muito bem. E é para isso obviamente que todos estamos a trabalhar, com a coordenação do vereador Rogério Carlos, para que, de facto, esse passo possa continuar nesta senda de crescimento qualitativo, rumo a uma maratona que já é, obviamente uma marca nacional de importante e uma das 3 maratonas que o país tem já é uma marca na Europa e no mundo. Ano passado tivemos 37 nacionalidades dos 5 continentes, vamos ver como é que corre este ano, mas essa dimensão de crescimento é particularmente relevante e é uma aposta capital que nós fazemos neste evento, que é muito mais do que uma prova desportiva. Obviamente, é uma operação de marketing do nosso território, que partilhamos, como sabemos, em termos de percurso com o nosso querido município vizinho de Ílhavo e, portanto, temos essa ambiência para prosseguir com uma grande festa, uma grande prova desportiva que queremos que continue a subir neste ranking mundial.
Enfim, terminava estes destaques com o grande evento da Agrovouga, que teve este ano uma dimensão cultural mais forte e que já entrou, nomeadamente na dimensão das provas das atividades equestres, do cavalo, no roteiro dos melhores eventos nacionais. Obviamente, sempre com a liderança da Golegã, isso nunca estará em causa, mas já estamos também nessa ambiência positiva, nessa lógica, que é uma lógica de princípio nossa, de crescimento qualitativo dos eventos que vamos concretizando.
E enfim, eixar obviamente uma nota muito importante para a inauguração que tivemos no dia 8 de Dezembro, da obra de qualificação do Adro da Sé e do monumento evocativo da Muralha de Aveiro, do arquiteto Siza Vieira. E digo isso hoje com um particular gosto. Hoje inauguramos uma exposição que recomendo a todos que visitem, aliás, no sítio onde normalmente no reunimos, no edifício da antiga capitania, que é uma exposição do museu nacional de imprensa, exatamente de caricaturas de todo o mundo do arquiteto Siza Vieira.
É, de facto, uma personalidade do mundo. Um dos melhores arquitetos portugueses e do mundo e nós temos esse privilégio, passámos a ter esse privilégio único no mundo, de termos uma obra de arte pública no espaço público da nossa da nossa cidade de Aveiro do Arquiteto.
E nesta dimensão toda, a assunção da responsabilidade de presidir à rede europeia Arte Nova. Aliás a primeira reunião da rede que presidi em Bruxelas na passada sexta-feira. Num movimento que é muito importante, onde estávamos quando chegámos à Câmara com carta de exclusão porque não pagávamos as quotas há uma série de anos e que nas últimas eleições, foi-nos pedido pelo município que liderava, que era Bruxelas, que Aveiro como reconhecimento do notável trabalho que fez de recuperação da sua vida, dentro da Rede Europeia de Arte Nova e de promoção da Arte Nova da nossa cidade, assumisse a presidência da direção da própria rede e, obviamente, tenho muito gosto em fazer esse trabalho. Obviamente em equipa com os nossos técnicos que gerem essa matéria. Portanto Senhor Presidente e caros colegas, eram estes os destaques que eu fazia sobre este documento. Obviamente ao dispor para aquilo que entenderem por bem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:042

"Nesta atividade municipal, não poderíamos deixar de realçar, no seu ponto 3 "a aposta ganha" que é o famoso parque do rossio, envolvido numa obra de promessa inicial para 11,7 milhões e que terminou em 20,5 milhões, com uma sala de espetáculos no seu parque de estacionamento, que segundo o site da Câmara tem um custo de 1.20€/hora, e tal é a aposta ganha, que agora já faz saldos (e ainda bem, saúde-se), custa agora segundo a sinalética na entrada do parque 1,99 euros por 12 horas!? E mesmo assim de vazio é a noção, talvez quiçá, pelos sinais de afundamento do piso.

E uma outra curiosidade do Rossio parece que as árvores plantadas não crescem.

Mas passando para outras questões. Apesar de novos desenvolvimentos, para quando estarão prontas as obras intermináveis na freguesia de Santa Joana junto à rotunda da Aida, na denominada Rua da República? Há meses que criam graves constrangimentos a utentes viários e aos comerciantes.

O estado absolutamente vergonhoso do piso viário e ausência de passeios, na Rua Conselheiro Queirós, perto da entrada da zona do Castro na Universidade Aveiro.

Saliente-se a lentidão absurda da obra no final do túnel de Esgueira sentido Barrocas, uma das portas importantes da cidade.

O site da CMA fala em "aposta ganha" o 1º ano da embarcação Salicórnia!? Mas os atrasos continuam e os períodos de inação também. Ainda esta semana assim nos brindou o Salicórnia.

A bilhética que continua a estar sujeita a uma máquina inadaptada a idosos e crianças. Os bilhetes de validade de 24 horas, que é um absurdo. Apesar da solução também absurda do Presidente, referida em anterior sessão para os residentes.

Mas não pode ser só o Salicórnia. É preciso ter cais de embarque devidamente estáveis, não é andar aos remendos senão ainda vamos assistir a incidentes graves novamente. E porque não se faz a reabilitação digna das outras embarcações, ou seja das lanchas?

Como é notório já entrei nos problemas desta freguesia de São Jacinto. Os transportes que continuam a ser um caos, já foi dito aqui, e se eram entrave agora são muito mais para aceitação de empregos, que quando sabem que são de São Jacinto declinam imediatamente a aceitação do trabalho ou lugar.

A opção principalmente para os jovens é debandada da freguesia para que possam dormir e para trabalhar descansados, não falando dos estudantes que como se compreende é uma odisseia deplorável.

Mas se São Jacinto é afetado pelos transportes Públicos (Linha 13 e ferry), quiçá por nos jugarem cidadãos de segunda, pois devíamos ter os mesmos direitos dos demais cidadãos do concelho porquanto e apesar de já ter sido aqui dito, São Jacinto é uma terra linda como o Senhor Presidente da Assembleia citou.

Temos um bairro social que há cerca de 5 anos está em reabilitação e qualificação, e ainda hoje é o que se observa, infraestruturas deficitárias, com roturas de canalizações, paredes internas praticamente em tijolo, culminando com as pinturas exteriores fazendo concorrência a algum hipotético pintor rupestre. Como disse em assembleia anterior continua a haver moradores com parcos acessos a habitações como seja sem direito a arruamento, mas sim a caminho tipo cabras, mas paga os seus impostos.

Ainda no seu ponto 54 fala do Parque de Campismo de São Jacinto. Desde 2022 que andamos a ouvir falar da requalificação do mesmo e hoje novamente falamos no novo concurso público, concursos, concursos, queremos é o Parque a funcionar.

No ponto 07, Junta de Freguesia de São Jacinto, lê-se "transparência e rigor". Mas não vemos referência à divida da CMA à Junta de Freguesia, evaporou-se esta divida? Ela existia, tem de existir ou então as contas estão erradas.
No mesmo ponto no subtítulo "origem do problema". Relembramos que o executivo de 2021/22, como cita, era composto por PS e PSD, ou seja, o atual Presidente Arlindo Tavares também fazia parte do problema, perdão do executivo.
A dívida não foi descoberta em julho de 2022, mas sim divulgada. Porque a descoberta estava feita à muito e alertada pela CDU, é exemplo o chumbo de Contas por unanimidade, mas apesar disso note-se a aprovação dos Orçamentos de 2020 e 2021, em que o PSD ou seja Arlindo Tavares se absteve em 2020 e ter votado a favor em 2021, dando ainda mais força à sua construção e na gíria do povo, tanto é aquele que faz como o que fica à porta.
Por último não poderia deixar de falar da forma como o Senhor se referiu quando abordagem de dinheiros para compra de churrasqueiras e a indignação de moradores. Os moradores circundantes indignaram-se contra esta compra, porque se está a começar a casa pelo telhado. Ora, um parque de merendas no centro da freguesia, note-se, note-se no centro de uma freguesia, não é ao lado. Onde o mesmo ainda não está de dotado de WCs, e o mais importante dos pontos de água essenciais para estes casos, quer seja para lavar as mãos ou motivo de incendio, essenciais para estes casos, para não falar em todo o enquadramento ambiental às ditas churrasqueiras.
Termino, como mais uma vez salientou, a falta de escoamento de águas pluviais é lamentável. Ter que se assistir às pessoas a saírem com botas de borracha para saírem de casa ou até mesmo aqui junto às escolas, os pais têm que levar os filhos ao colo para os porem na escola. Disse."

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:043
"Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores vereadores, senhor presidente da Junta de Freguesia de São Jacinto, deputados municipais e restante público presente. Senhor presidente da Câmara, algumas perguntas. Começo com uma notícia recente do Diário de Aveiro, criminalidade gera preocupação. Nos últimos meses, uma escalada de crimes em áreas centrais de Aveiro tem gerado apreensão em cidadãos e empresários que relatam prejuízos constantes e têm um crescente sentimento de insegurança. Mas a PSP aponta um aumento residual! Portanto, curiosamente, já em Lisboa tivemos uma situação semelhante do Presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas a queixar-se do aumento da criminalidade e depois vem diretor da PSP, que é nomeado politicamente, dizer que não, que não há aumento de criminalidade.
Aqui em Aveiro há um "aumento residual" de criminalidade, é o que a PSP aponta. Eu gostava de saber em que ponto está? Já não é a primeira vez que trago esta pergunta, nós já tivemos aqui uma Moção rejeitada da videovigilância, saber em que ponto estão as conversações com a PSP e quando é que vamos saber uma resposta final, se vão ou não pôr videovigilância. Vamos saber até ao final do mandato? Quando é que vamos saber notícias sobre isso.
Depois outra questão que eu gostava de colocar tem a ver com o Eixo Rodoviário Aveiro/ Águeda. Portanto, parece que desapareceu este assunto nos últimos relatórios da atividade municipal, mas gostava de saber em que ponto é que está esta situação do eixo rodoviário Aveiro/Águeda.
O terceiro assunto, também já foi aqui trazido, tem a ver, gostávamos de saber qual o ponto atual da urbanização para os antigos terrenos da Luzostela? Em que ponto é que está, porque aquilo está parado. Foi anunciado há 2 anos atrás que iriam fazer, portanto, a urbanização a custos controlados, em que ponto é que isso está?

Depois trazendo aqui um outro para finalizar uma questão. Houve recentemente um atropelamento mortal na Avenida Europa. Portanto ali ao pé a seguir ao viaduto, temos ali as estações da BP, de um lado e de outro. O atropelamento foi ao final do dia, tem uma zona com pouca luminosidade e que não tem separador central. Portanto a luminosidade acaba no final de viaduto. Tenho uma fotografia, mas de qualquer modo, a luminosidade acaba no final do viaduto. Portanto, nós a sugestão que daríamos era que colocassem ali um separador central a seguir ao viaduto e mais luminosidade, porque as pessoas têm ali a tentação de atravessar de um lado para o outro. Essencialmente eram estes para os assuntos."

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:044

"*Obrigado Senhor Presidente. No ponto 3, ficámos surpresos neste relatório de que com o novo Rossio de Aveiro, temos hoje mais e melhor área verde, com uma nova estrutura, arbórea! O recinto que vemos e o recinto que aqui está descrito não é o mesmo. Tendo-se optado pelo referido pobre parque infantil e tendo-se perdido a oportunidade de ter um parque inclusivo para crianças com necessidades especiais no centro da cidade. Hoje a Câmara Municipal deu uma nota de imprensa, afirmando que ocupação do Rossio foi de 67.739 entradas, das quais, em Setembro foi o melhor mês com 11.569, seguindo-se Julho e Agosto com 10 mil entradas.*

Ou seja, pelo menos 75% do tempo o Rossio teve menos de metade da sua capacidade. E obviamente que o número de entradas é um indicador, mas não nos esclarece em detalhe o nível de lotação ao longo do ano. Senhor Presidente, estes números já justificam obra e pagam o investimento realizado?

Relativamente ao estacionamento junto ao hospital. É muito difícil, mesmo para os funcionários que lá trabalham, não é suficiente nos terrenos do antigo estádio Mário Duarte, e antigo espaço dos armazéns adjacente. Os estacionamentos periféricos como o do parque de exposições de Aveiro não serão opção para alguns utentes sobretudo pessoas de maior idade, até com problemas de saúde e de locomoção. Neste contexto, se os espaços de estacionamento continuarem a não serem suficientes e continuar a dificultar o trânsito o que o executivo pensa fazer ou que soluções está a ponderar para facilitar mobilidade enquanto decorrer a obra? E a longo prazo é estacionamento suficiente. Ou é necessário fazer mais estacionamentos em cave promovidos pela Câmara Municipal de Aveiro.

Qual a estratégia de mobilidade para o novo pavilhão municipal, o pavilhão oficina, por exemplo no que diz respeito às ligações por transportes públicos. Disse."

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:045

"Sobre a Atividade Municipal, este é um documento de 100 páginas, e revelador de ausências de politicas publicas para a habitação. Neste documento apenas encontramos quatro ou cinco itens sobre habitação. Habitação estudantil, diz para ajudar à boa regulação do mercado de habitação no Município. No Ensino Superior e em Aveiro, há muita procura e pouca oferta de alojamentos e os quartos estão mais caros. Estes vão ser mesmo caros!

Uma segunda referência as novas áreas de habitação nas futuras obras da CMA no prolongamento do Canal de São Roque.

Terceiro momento o loteamento e os projetos dos edifícios da Civilria também no prolongamento Canal de São Roque

Quarto momento, habitação no contexto Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro. Colocamos também a questão dos transportes aqui já referida para aquela zona, pois já sabemos que não está servida. Parece-nos óbvio que em Aveiro a questão da habitação é tratada como especulação e não como direito consagrado na constituição portuguesa.

Sobre a Maratona da Europa. Já participei alguns anos numa caminhada, já participei noutras provas desportivas, nomeadamente na Aveiro Spring Classic e sobre a Maratona, sendo momentos bons, também turismo desportivo gostaríamos de perguntar ao executivo sobre a explicação da discrepância de preços entre a Maratona da Europa em Aveiro com valores de 22,90€ para os 10km, 29,90€ para os 21km e 10€ para a caminhada, relativa à Maratona de Gaia, organizada pela mesma empresa, que cobra 15€ para os 10km, 20€ para os 21km e 10€ para a caminhada, tendo em conta o investimento público de todos os aveirenses, num evento que é organizado por uma empresa com fins lucrativos.
Também importante. É dever da autarquia garantir que o direito à mobilidade e transporte não seja comprometido com provas desportivas quando organizadas na Cidade. É inconcebível, que toda uma redes de transportes públicos de autocarro seja suprimida parcial ou totalmente em dias de eventos desta natureza.
Exigimos que a CMA juntamente com a concessionária procure percursos alternativos e excecionais e mantenha o serviço publico de autocarro à população aveirense e que apesar da inevitável supressão de paragens, pode passar por apanhar e largar passageiros em hubs o mais próximo do centro da cidade. E havendo vontade e como sempre isso é possível.
O Bloco de Esquerda também não fica indiferente aos resíduos e pegada ecológica que muitas vezes resultam da realização de provas desportivas.
O Bloco de Esquerda defende eventos mais verdes e sustentáveis. Banir o plástico, as t-shirts e sacolas dos participantes serem feitas de materiais reciclados, os alimentos serem orgânicos e de origem local, como são exemplos noutros eventos de nível mundial, situações que podem ser organizados pelos promotores da Maratona.
Também ficámos a saber que o Presidente Ribau Esteves, assumiu as funções de presidente da Rede Europeia Arte Nova. Será motivo ainda mais acrescido para dar atenção ao estado de degradação em que se encontram alguns dos exemplares desse estilo arquitetónico, decorativo e cultural que marcou a cidade de Aveiro nas primeiras décadas do século XX, como o da residência Francisco Rebelo dos Santos na Rua Almirante Cândido dos Reis.
É importante preservar a riqueza deste estilo e os exemplares que resistiram ao passar do tempo, alguns dos quais com intervenções de salvaguarda importantes e outros a aguardar restauro urgente, como a que referi e que julgo reconhece o estado de degradação em que se encontra. É uma casa belíssima e que faz parte do roteiro de Arte Nova em Aveiro.
Também gostava de falar aqui da proposta do programa de um código de conduta da prevenção e combate à discriminação ao assédio e violência no trabalho. Não esquecemos quando o Presidente da Câmara de Aveiro gravou um vídeo a apelar à participação nas festas da universidade, "para dar uma grande esfrega na academia, nas caloiras". Foi desta forma que Ribau Esteves, Presidente da Câmara de Aveiro, apelou à participação nas festas académicas da cidade.
O Bloco recorda outras declarações, desta vez na receção ao caloiro, onde o Presidente da Câmara afirmou que "o encanto primeiro da academia são as nossas caloiras". porta-estandarte de uma cultura machista, misógina e atávica.
No Dia 8 de Março, saímos à rua na luta feminista, na manifestação do Dia Internacional da Mulher. Saímos à rua para dizer que não aceitamos nenhum retrocesso de direitos e, pelo contrário, há um caminho em Portugal para percorrer em nome da igualdade e estamos aqui para fazer esse caminho! Todos os partidos que se juntam à luta pela igualdade, à luta feminista são bem-vindos."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:046
***"**Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de entrar no ponto em apreço quero deixar aqui duas notas sobre assuntos que foram aqui já falados. O primeiro, têm-se falado muito das*

Câmaras anteriores, mas dos presentes nesta sala, só o vereador Capão Filipe e eu é que sabemos o que se passou na Câmara Municipal em 2005. O estado em que aquilo estava e o estado em que deixaram aquilo. Mais, se se lembrarem bem, como diria um conhecido jornalista português, os vereadores do PS e os membros da lista fugiram todos.
Quem ficou a representar o PS naquele executivo foi salvo erro os que estavam em 11º e 12º da lista, respetivamente Rocha Andrade e Jaime Borges. Porque os outros todos fugiram para arranjar colocação partidária. E se eu ainda consigo perceber que um candidato a Presidente não queira ser Vereador, presumo que todos compreenderão isso, os outros tinham a obrigação de estarem lá com algum pudor. Que era para saberem o estado em que deixaram a Câmara e o estado em que a deixaram. Fugiram todos.
Segundo aspeto, quando se fala do problema da habitação em Aveiro, sabemos todos que parte do problema também tem a ver com o procura de habitação para estudantes universitários. E se há entidade que também contribuiu à sua maneira para que durante algum tempo houvesse um aumento da procura e um aumento dos preços foi a Universidade de Aveiro. A Universidade está agora a construir novas residências, mas teve a brilhante ideia de em simultâneo com a construção de novas residências reabilitar as existentes fechando-as. Portanto diminuindo a sua oferta no mercado e, portanto, quando entidades públicas tomam atitudes destas, estão claramente a contribuir para que, não sei, 200 ou 300 estudantes tenham de sair das residências universitárias, que tem um preço adaptado à procura dos estudantes, mas que têm de ir procurar residência no mercado habitacional.
Isto é o ponto de vista da gestão completamente errado, mas a nossa Universidade conseguiu fazer esta brilhante gestão nas suas residências.
Relativamente à Atividade Municipal, como habitualmente muito rica e diversificada, há um aspeto que eu gostava também de realçar e aqui também na minha qualidade de dirigente associativo. É que os protocolos que esta Câmara assume com as associações, com as juntas, são pagos na hora. E quando há protocolos que são pagos em várias tranches, as associações têm, por vezes, necessidade de antecipação a Câmara colabora e antecipa. Isto não se passava antigamente. Havia protocolos quando os havia e havia pagamentos quando calhava. Isso agora para quem está nas associações e uma tranquilidade, porque recebemos aquilo com que contamos e não andamos à procura de saber quando é que poderá vir alguma coisinha como acontecia.
Quanto aos pontos que estão descritos nesta atividade. Eu destaco sobretudo aqueles que tem a ver com a freguesia onde estamos, São Jacinto, apesar de já terem sido aqui referidos. São no total, cerca de 2,7 milhões de euros de investimento em São Jacinto. Para quem anda por aí a dizer que a Câmara só veio aqui fazer umas pinturas, convenhamos que são muitas latas de tinta que estão neste investimento. Disse."

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:047
"Quero só, antes de fazer a minha intervenção à atividade municipal, dizer o seguinte: Deve haver aqui uma falta talvez informação, também foi há muito tempo "ninguém fugiu"! Ninguém fugiu. Os vereadores que ficaram, ficaram. Os que não puderam ficar tinham outras atividades que fazer. Por isso isto não é motivo para estarmos aqui permanentemente com criticas. "os senhores não vivem sem o PS"! Isto afinal sem o PS não tem graça nenhuma. Afinal de contas incomoda-vos o Partido Socialista. É fantástico. É, é fantástico. Porque de acordo com aquilo que apareceu na IGF, no relatório, a Dívida municipal na altura, em 31 de Dezembro de 2005 eram 161.828.890,00 euros.
É muito? É. Mas a obra que ficou alguém a destruiu? Não. Querem que eu explique algumas coisas eu particularmente explico.

Agora retomando na Atividade Municipal. O que se fez de bem deve-se valorizar e o que se fez de mal, não se pode permanentemente, andam há 20 anos a falar da mesma coisa.
Alberto Souto deixou um legado bom. Deixou dívida, segundo o Senhor Presidente Élio Maia conseguiu recuperar 100 milhões? Então o senhor Presidente ficou com uma dívida muito pequena. Então foram 61 milhões. Já é muito, mas é consideravelmente pequena.
Mas eu não vou discutir a dívida, porque a dívida foi há 20 anos. E as coisas de há 20 anos para cá ultrapassaram tudo. E os senhores não podem continuar a sombra da dívida, dizer que isto e aquilo e são os piores e não fizeram nada, só deixaram dívida. Não foi assim, não foi assim. Ou esta Câmara tudo o que fez, fez bem? E o CDS quando esteve sozinho, fez bem? Também não fez. E o CDS alguma mais conseguiu sozinho ganhar eleições para a Câmara? Não. E, por isso, deixa de ser um partido importante? Não. É um partido importante. O PSD é que está muito cheio de si e põe umas lentes que só veem aquilo que querem.
Bom. Quanto à Atividade Municipal. Devo dizer o seguinte. Além de serem muitas as atividades, a Capital Portuguesa da Cultura com muitos eventos culturais. Eu pergunto, vão continuar a existir? Ou só existiram porque houve aqui a capital portuguesa da cultura e se fizeram e agora vão deixar de ser realizados.
Senhor Presidente, o estado dos passeios da nossa cidade estão miseráveis! Basta ver o que se passa na zona da Forca, na ligação a Esgueira, e noutros sítios da cidade. Hoje uma pessoa que até é do meu conhecimento, havia uma pedra levantada, caiu, e que ir para o hospital.
O mau estado das ruas, nomeadamente entre o apeadeiro de Esgueira até à rotunda de Aida. Os passeios estão cheios de buracos, andaram lá a certa altura, foram embora, o que é certo que choveu e tem lá crateras. E, portanto, era bom que resolvessem fazer isso, fazer alguma coisa.
Por outro lado, há falta de iluminação em várias ruas da cidade e algumas são, realmente é triste. Temos a rua Manuel Firmino, a rua Fernão de Oliveira, e até na rua do fórum, aqueles candeeiros que se encontram junto o canal da Ria estão apagados, só os do outro lado do canal é que estão acesos.
Em relação ao estado dos passeios, eu queria aqui lembrar que existe na rua Homem Cristo Filho, um passeio junto ao os edifícios que lá se encontram realmente estreito. E a Câmara apesar de ter sido notificada já várias vezes de que as pedras estão retiradas e que aquilo que causa problemas aos transeuntes que por lá andam, puseram lá um pilarete, um poste de trânsito flexível, dentro de um cubo de pedra escura a assinalar que está ali algum problema, mas o problema é que isto já se arrasta há muito tempo e a Câmara ainda não se dignou fazer o que quer que seja. Aliás, o problema do estado das ruas e dos passeios, até de acordo com o contencioso que nos apresentam, tem provocado grandes problemas, porque existem vários processos a pedir indeminizações por causa dos danos nos carros ou das pessoas que foram atropeladas.
Peço, portanto, a atenção do Senhor Presidente, que é uma pessoa diligente e preocupada com o município, se faz favor tome em atenção estas reclamações. Tenho dito."

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta[048]
***"**Ora muito boa noite a todos. Eu gostaria de primeiro de tudo falar sobre as piscinas e dizer que efetivamente é uma questão muito importante reabilitarem as piscinas, porque os jovens aqui em São Jacinto perderam um local onde podiam encontrar-se e estar juntos.*
Outra coisa que também quando entro aqui me entristece, é o facto de saber que já não há grupo de teatro em São Jacinto. Vi aqui muitas peças de teatro, chorei muito aqui a rir e gostava muito de aqui vir ver essas peças desse grupo tão simpático e que nos acariciava bastante. Chegávamos e era uma festa.

Tenho pena que o Car-surf não sirva para fazer outros eventos. É claro que serve para fazer alguns, mas dever-se-ia fazer muitos mais. Nomeadamente, podiam aproveitá-lo para fazer campos de férias ou até aproveitar para mostrar como se faz surf ou outro tipo de atividades na praia de São Jacinto. Porquê? Porque não havendo muita coisa para fazer em São Jacinto, o que acontece é que os jovens daqui o que fazem, quem não tem possibilidades de ir para Aveiro, ou ir para a Torreira ou ir para a Murtosa, deixa São Jacinto e vai morar para outro sítio. E isto nós não podemos deixar que aconteça.
Ainda há os Escuteiros e ainda bem. Mas qualquer dia deixa de haver, deixa de haver teatro, não há piscinas, é claro que elas vão existir e espero que brevemente. Mas é uma preocupação este tipo de situação de vermos as pessoas quererem ir trabalhar e não poderem porque o ferry não trabalha sempre. E eu sei que o Senhor Presidente disse que são 5 dias, mas isso é suficiente para as pessoas de São Jacinto não serem contratadas se forem para Aveiro. São questões que nos devem preocupar a todos e que eu acho que nós devemos pensar muito bem, principalmente a questão cultural. É claro que há o festival das dunas aqui em São Jacinto, mas são alguns dias no Verão e nós não podemos pensar só em alguns dias no Verão. Disse."

Vogal Jorge Gonçalves (PS)[049]
Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[050]
"Eu, antes da minha intervenção vou ter que fazer um aparte ao palestrante anterior. Nada do que disse é verdade. Ele não conhece o protocolo hospitalar. É que nem funciona assim nem é assim. No dia-a-dia não é nada do que disse. Embora a população de São Jacinto esteja mal servida em termos de pré-hospitalar. Mas não é nada do que disse.
Em relação à comunicação, neste ponto sobre a Actividade Municipal, há na gestão autárquica 2 ou 3 pontos aos quais sou mais sensível e aos quais vou dar mais atenção.
No ponto um, saúde e unidades de saúde.
Ponto dois, educação e parque escola.
Ponto três, zona e parque de estacionamento do antigo Autocarro Bar.
Bem, no ponto um: Aveiro na área da saúde divide-se em 2 módulos, Unidades de Cuidados Primários de Saúde, os conhecidos Centro de Saúde e as suas extensões espalhadas por todo o concelho e o Hospital, agora ULS da Região de Aveiro e que dá resposta a uma vasta comunidade regional. No edifício sede, que se encontra em mau, direi mesmo muito mau estado de conservação, temos assumido em protocolo entre a CMA e o Governo, assumido desde o anterior governo, para a sua total requalificação e a construção de uma nova unidade em São Bernardo no antigo edifício do centro de saúde mental. Esse acordo foi feito e assinado esperamos que todos cumpram as suas obrigações, a Câmara Municipal de Aveiro está a cumprir.
Nas outras Unidades de Saúde, as tais Extensões elas já são na sua estrutura física do edifício uma mostra de qualidade de requalificação ou de construção digna das melhores Unidades de Saúde do País e um exemplo para todos os Municípios. Tivemos agora, tipo cereja no bolo, mais um caso resolvido com a adjudicação da construção da nova Unidade de Saúde de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, contra alguns que aqui na Assembleia Municipal expuseram os seus argumentos patéticos até na compra do terreno. Esta obra a construção de uma nova Unidade de Saúde para os cuidados de Saude primários, para atendimento dos cidadãos de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, pois as antigas eram exíguas em edifícios sem condições e sem escala para fixar profissionais. Agora com a adjudicação deste novo edifício vamos ter uma unidade de saúde moderna, aprazível e com capacidade para fixar os seus profissionais, alguns foram contra, mas esta foi uma

opção política da Aliança com Aveiro que este executivo desenhou e vai construir, está de parabéns o executivo para bem das pessoas, dos Aveirenses, e de Aveiro.
Esta Unidade de Saúde vai ser construída junto à sede da Junta de Freguesia, junto à nova Escola e junto à Igreja, no que fica um centro de serviços e de prestação de serviços à Comunidade. Esta obra, esta Unidade de Saúde cumpre todos os preceitos exigidos por lei e teve a Câmara na compra do terreno e do PRR como o financiador.
Quanto à ULS da Região de Aveiro e mais concretamente ao nosso Hospital, Sr. Presidente, temos, mas temos, todos que intensificar a pressão e a luta pela expansão/requalificação do mesmo pois tal é mais do que urgente é vital. Hoje o nosso hospital devido ao aumento de prestação de serviços, ao aumento da sua oferta de novos procedimentos na área da Cardiologia com a unidade de hemodinâmica, da Radiologia na área da ressonância magnética em termos de estrutura e espaços úteis, já não tem capacidade fazer mais. É premente a sua expansão/ requalificação.
No ponto dois, Aveiro como todos, repito, todos aqui, já nas reuniões de Assembleia reconheceram é montra de qualidade para todo o país, para todos os Municípios, das escolas com qualidade, com critérios modernos de segurança e aprazíveis para toda a comunidade escolar. É assim em Aveiro e com esta Executivo. Assim tivemos mais uma inauguração agora a Escola Básica do 1.º Ciclo de Eixo, um investimento da Câmara Municipal no valor de 2 milhões de euros.
Nesta área a estratégia e opção política foi e é, priorizar a Educação, apostando na requalificação total do Parque Escolar do Município. Esta escola em Eixo corresponde ao nível de qualidade de ensino que queremos prestar e está alinhada com o que se espera de um edifício escolar do século XXI.
Em 2025 está previsto um investimento superior a 17 milhões de euros no nosso Parque Escolar. A intensidade de trabalho dos últimos anos, com a conclusão das obras de requalificação e ampliação das escolas básicas das Barrocas, dos Areais e do Solposto e com o início das obras das escolas da Alumieira, Leirinhas, Sarrazola e Oliveirinha, além do Jardim de Infância de Eixo. A nova Escola Básica do 1.º Ciclo de Eixo é composta por oito salas de aula e destaca-se pela eficiência energética, o que irá assegurar o conforto e bem-estar dos alunos, pessoal docente e não docente.
É assim na educação, este Executivo está de parabéns, a aposta, a opção política mesmo com o voto contra do Partido Socialista na Carta Educativa e no Parque Escolar está ganha, para bem de toda a comunidade educativa e do futuro dos Aveirenses.
Ponto três. Zona e parque de estacionamento do antigo Autocarro Bar. Como em outras obras no concelho vai haver os que gostam, os que não gostam e os que não gostam de nada e são sempre contra tudo, os tais ditos trauliteiros. Tal como na Avenida, no Rossio, na Av. 25 de Abril, na rua da Pega, na rua do Sal, vai haver sempre quem goste e quem não goste. Mostra-nos o tempo que com o andar do tempo os que não gostavam numa grande maioria passaram a gostar. E aqui no tal parque do Autocarro Bar tínhamos um parque de estacionamento pequeno, de pouca qualidade com espécies arbóreas velhas, partidas, e em mau estado. E mais, tínhamos uma unidade na área da restauração aprazível, mas com muitos itens obscuros ou mesmo ilegais. De futuro vamos ter naquela zona no mesmo espaço, na mesma área, um espaço de restauração novo, de qualidade, maior, cumprindo todas as regras legais circundado por um espaço verde maior, vamos ter também uma nova Residência Universitária com 219 quartos. Uma zona de estacionamento à superfície com 68 lugares. Nova zona de estacionamento em cave com 124 lugares, dos quais seis para carregamento elétrico e seis de mobilidade condicionada. Nova zona verde com 1.306 m2, maior, muito maior, que a anterior. Novo bar-esplanada, com arquitetura moderna e bem enquadrada no local, cumprindo todas as regras legais. Teremos ainda a requalificação

urbana e pedonal da zona adjacente com mais qualidade e conforto no acesso ao Hospital, melhores condições de segurança para os cidadãos;
A bancada do PSD nesta Assembleia sente-se confortável com este investimento e com esta opção da requalificação para bem de Aveiro e dos aveirenses.
E para terminar Senhor Presidente, direi que a bancada do PSD fica confortável em saber que com este Executivo é obra feita, obra paga. Muito diferente do passado.
Sabemos todos que a Câmara Municipal de Aveiro paga os seus compromissos correntes a 6 dias, repito paga a 6 dias. Tão diferente daquele tempo de não pagar nada a ninguém e levar a Câmara Municipal a ser a terceira com maior dívida do país. Isso deve fazer-nos pensar e poder dizer, se este Executivo não tivesse as amarras da dívida socialismo e do tal "soutismo" irresponsável e incapaz que mais poderia fazer por Aveiro e pelos Aveirenses."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:051
"Saudar a Mesa, na pessoa do senhor Presidente. Digníssima Câmara na pessoa do Senhor Presidente também. Colegas deputados municipais, as pessoas presentes, uma saudação em primeiro lugar a todas as pessoas de São Jacinto. Ao Senhor Presidente de Junta.
A minha intervenção vai só cingir-se relativamente ao ponto em questão que é a atividade municipal. Eu queria aqui só realçar duas ou três coisas. Depois terei mais alguma coisa a dizer.
Realçava os apoios que as juntas de freguesia continuam a ter. Um aumento de 34%. Que saudades que eu tenho não ser hoje presidente de junta, tive azar em 2005. Também realçar o trabalho feito na Aveiro Capital Portuguesa da Cultura. Aveiro está de parabéns. Algumas pessoas que que são minhas amigas, que moram em Braga, dizem que vão fazer um esforço para se suplantarem, mas nós estamos satisfeitos com o que cá fizemos.
Queria sobretudo realçar os apoios que a esta Câmara dá às juntas de freguesia. Já falei também, mas, sobretudo também às associações desportivas e sociais, que sei que sem este apoio, de certeza a maior parte delas já teriam fechado, pois também faço parte de uma delas.
Mas queria também aqui manifestar a minha revolta como aveirense, pelo processo das portagens na A25. Quem acompanha as minhas intervenções ao longo de alguns anos, sempre fui contra que essas portagens fossem instituídas na A25 e, sobretudo aqui na zona de Aveiro. Eu recordo aqui que logo que elas foram implementadas, numa reunião promovida pelo Jornal de Notícias, no Auditório pequeno do Centro de Congressos. Nós tivemos a oportunidade de confrontar o Secretário de Estado Paulo Campos, sobretudo eu e o Eduardo Feio, em que ele defendeu com muito entusiasmo que mesmo em Aveiro, ele, Paulo Campos, considerou que elas deveriam ser mantidas.
O PS sempre manteve isso, sempre manteve esta posição. Eu vou recordar que quando a Câmara Municipal de Aveiro quis fazer a requalificação da N109, hoje Avenida Europa, o Presidente da Câmara de Aveiro pediu ao Secretário de Estado do Partido Socialista, para isentar por um ano (enquanto durassem as obras) as portagens entre Angeja e Aveiro. E o Senhor Secretário de Estado não autorizou.
E, portanto, isto para dizer que há aqui qualquer coisa que o PS tem contra este traçado em Aveiro, pois não quer que ele seja isentado. E isto é uma desgraça para Aveiro. Nós devemos, aveirenses, exigir que o troço entre Angeja e Aveiro seja isentado, mas ainda mais e é a minha defesa relativamente a isto, ele passa numa zona importante para a Aveiro que é na Área Económica Aveiro Norte. Eu acho que nós devemos, nós aveirenses, devemos fazer tudo o que for possível para que esse pedaço de estrada seja considerado uma zona de interesse económico para a zona de Aveiro com acesso a ela. Portanto é uma vergonha que deputados de Aveiro votem uma isenção e se esqueçam de quem os elegeu. Nós, aveirenses, deveremos

estar todos, deveremos estar todos revoltados com isto. E espero, porque foi da iniciativa dele, que o PS ponha a mão na consciência. Obrigado."

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)[052]

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:[053]
"Obrigado, obrigado a todos. Eu vou usar o meu melhor poder de síntese, porque, obviamente, vocês hoje tão muito enriquecidos de perguntas, especialmente aqueles que não estão minimamente interessados nas respostas, aqui os nossos camaradas, mas enfim, procurarei de forma objetiva o mais possível, responder o máximo possível às questões que colocaram, deixando outras de parte. Algumas, não interessa para nada e outras, não tenho tempo para poder responder a tudo.
As obras, foi o António Nabais e o Gabriel, as obras de Santa Joana na rotunda da Aida até cá a abaixo, estão a correr bem dentro do prazo, tudo impecável.
São obras muito difíceis. Obras em que se constroem infraestruturas novas e que se plantam árvores em que se reconstrói passeios, em que se estrutura a plataforma rodoviária em que se redesenham rotundas, são obras muito complexas.
A obra está a correr muito bem e dentro do prazo, não tem questão nenhuma e é assim que ela vai continuar. Ela agora vai passar para a fase mais a poente da linha do comboio até próximo dos tanques, ali onde está a farmácia Capão Filipe e, portanto, a correr bem. Eu sei que isso vos mete muita confusão, o partido socialista teve aquela fase de dizer que eram obras a mais. Pronto, vocês dão-se mal com o trabalho dos outros, paciência. Mas está tudo a correr como deve ser e muito bem.
As ruas de Verdemilho, que não só aquela que o António Nabais referenciou, lancei concurso, fiz despacho do lançamento de concurso anteontem, são quase 300.000 euros. Nós tivemos um problema com o projetista. Tivemos que rescindir contrato com o projetista porque ele nunca mais acabava os projetos e já foi a nossa equipa interna que acabou os projetos. E foi isso que fez atrasar o processo. Despachei anteontem o lançamento do concurso, são cerca de 300 mil euros, toda aquela zona central de Verdemilho, em que algumas das estradas estão em muito mal estado.
Avenida Carlos Candal, que é como ela se chama, está em obra dentro do prazo, tudo a correr bem, mas é também a construção de uma via nova. Sabem que mentiu-se muito, especialmente na governação do Partido Socialista, que era construir-se falsas estradas. Aquilo que parecia uma estrada por cima, de facto, por baixo não era. Lembram-se com certeza da nossa primeira surpresa, foi a estrada José Afonso, ali no Plano de Pormenor do Centro, em que de facto parecia uma estrada, mas não era. Era uma película de alcatrão em cima de terra vegetal normal. E, portanto, em vez de uma repavimentação, nós tivemos que construir uma estrada nova. É isso que está a acontecer na Avenida Carlos Candal. Além de haver reperfilamento da zona dos passeios do lado da Foz de Prata e construção de uma vaia de estacionamento nova que não existia antes daquele lado daquele arruamento.
Em relação ao Parque de Campismo. Os mais concursos, mais concursos, António Nabais, isto é um Estado de Direito, não é uma ditadura comunista. Aqui tem que haver concursos, é uma chatice, mas tem que haver concurso. Tomara eu ter aqui um quadro legal que permitisse chamar dois ou três empreiteiros e negociar e fechar, mas não, tem de haver concurso, não há volta a dar. Voçês é que gostam muito de passar ao lado da lei e inventam assim umas coisas.
Foi pena que o Partido Comunista não tivesse assumido o compromisso, como nós tentámos conciliar, quando com o agora presidente Arlindo Tavares, para salvar a Junta. O PCP é que gosta de mandar bocas, mas trabalhar está quieto. E, portanto, o Arlindo fez o seu trabalho,

tentou ajudar, só que, enfim, era mau demais o antigo presidente e ele só não conseguiu. Foi pena. Foi pena porque Vexa fala, fala, mas trabalhar está quieto. E ainda não percebeu, você candidata-se a tantas eleições, perde sempre. Você ainda não percebeu que a malta não quer saber de si. Não precisa de si. E na altura que precisámos e que convidámos para uma coligação de salvação porque o Partido Socialista tinha ganho as eleições sem maioria, a Aliança com Aveiro e CDU, a CDU está quito ó maria que eu não quero saber disso para nada. Portanto, é uma responsabilidade à PCP. Nós falamos, falamos, mas ou há ditadura para a gente mandar sozinho ou essa coisa de democracia a trabalhar, está quieto. É por isso que vocês são cada vez menos. E para a próxima, é minha profunda convicção que esta Assembleia Municipal vai perder o representante do Partido Comunista, porque ninguém sabe quem é, nem querem saber do que vocês dizem. Vocês estão cada vez mais fora do mundo real, onde as pessoas vivem.

As churrasqueiras. Eu não vou falar disso hoje. Nós estamos a acabar o nosso trabalho, mas quando os cidadãos lá aparecerem e já vi vários, com fogareiros para fazer as suas grelhadas, deixem lá estar os cidadãos, porque, obviamente, como sabem, os cidadãos têm o direito de aparecer com o seu fogareiro, cumprindo as regras, porque há regras para foguear, e fazerem as grelhadas. Portanto, não se incomodem, que se houver lá alguma churrasqueira, nem com os cidadãos que legitimamente vão lá fazer uma merenda, com o seu grelhador portátil que existem em tantos lados e não se ponham a inventar. Vejam lá que agora o problema é a churrasqueira! Ainda por cima, conseguiram ir buscar assinaturas de gente que nem sequer sabe onde é que é a Lomba da Mata, porque aquela gente toda não vive ali, como o senhor sabe, porque também andou na angariação de assinaturas e, portanto, é uma coisa comunista ou socialista e, portanto, fique tranquilo. Mas, independentemente das churrasqueiras, não tratem mal as pessoas que vão lá fazer a sua merenda com fogareiro, fazem-no no pleno exercício da liberdade. Não aceitamos, porque o centro desta povoação é esta zona onde estamos. E aqui garantiram, que a obra que vai começar também dentro de algumas semanas, não vamos fazer churrasqueiras aqui. Entendemos que não é o sítio, portanto, no centro que é o centro cívico de São Jacinto é o sítio onde estamos, a obra que vai começar não vai construir churrasqueiras. E se alguma vez virem cidadãos a fazerem merendas no centro do largo, deem uma mãozinha para ajudar as pessoas a perceberem que aqui não é sítio para fazer merendas com churrasqueira.

Gabriel Bernardo. Nós temos um problema, é que eu vou acabar o meu mandato até ao fim, mas o nosso comandante da PSP foi-se embora de repente. Foi para um cargo importante, foi convidado para um cargo importante em Bruxelas e, portanto, foi-se embora. Fizemos a nossa reunião, está a correr bem o processo. Estamos a aguardar que a PSP nos entregue proposta objetiva. Já trabalhámos muito sobre o processo. Temos já orçamentos, definição das áreas para instalar as câmaras etc, etc, mas com essa mudança de comando, já recebemos o novo Comandante há duas ou três semanas, já se apresentou, já reunimos com ele também e estamos à espera que a PSP nos entregue a proposta, mas o processo tem desenvolvimento. Vai ser até ao fim do mandato? Sinceramente Gabriel, não sei. Olhe, já não vai ser é até ao fim do mandato do comandante Caetano. Tivemos muita pena que ele fosse embora. Uma excelente pessoa, excelente profissional, mas olhe, não cumpriu o mandato até ao fim. São as coisas da vida, neste caso da PSP.

Quanto ao eixo rodoviário Aveiro/Águeda está tudo a correr bem e em princípio, eu digo em princípio, porque enfim há ainda muitas coisas para tratar, mas temos apontado nos próximos meses de Março ou Abril para lançar o concurso público da obra. E, portanto, todo o trabalho, o muito trabalho, está a ser ultimado, para que o que eu acabei de dizer se concretize e o agrupamento de entidades adjudicantes da Câmara de Aveiro e da Câmara de Águeda, lance esse concurso.

Quanto ao IRHU e os terrenos da Luzostela, enfim vocês vão ouvindo a informação. O Senhor Ministro das infraestruturas e da Habitação anunciou que o Governo Português solicitou um empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos de 500 milhões de euros para habitação.
O PRR ainda tem dinheiro, mas já não há tempo para usar o dinheiro do PRR. E, portanto, aquela que era a perspetiva do IRHU de usar o PRR já não dá. O que é que o Ministério fez? UM empréstimo e depois vai fazer esta nossa obra dos terrenos da Luzostela e muitas mais por este país, com o empréstimo. E depois com a venda da habitação a custos controlados ou utilizando outra regras legais, realiza receita e paga os empréstimos. São empréstimos de longo prazo, com taxas de juro que são ligeiramente acima de zero. Portanto, este é o processo que está em desenvolvimento, aliás anunciado pelo Senhor Ministro Miguel Pinto Luz.
O problema do atropelamento mortal também muito lamentamos. Na base dele está um erro do cidadão. Aquele sítio, aquela estrada é proibido ser atravessada por peões. Um separador central dava mais jeito, sim, sem dúvida, mas os separadores centrais, em regra, têm uma altura que qualquer cidadão que queira ultrapassar, ultrapassa-o. Ok, ponha uma rede de 3 metros de altura, também é possível. Claro que é possível. Embora é capaz depois o PAN vir protestar porque aquilo é um obstáculo para o voo dos pássaros. Pronto, é preciso que as pessoas tenham noção de que as regras de trânsito têm que ser cumpridas. Quando não estamos a cumprir, estamos a pôr a nossa vida em risco e estamos também às vezes a criar problemas graves que podem também pôr em risco a vida de outras pessoas.
O parque infantil e o Rossio. Olhem está mais que justificada é muito inclusivo. Foi pena, não o vi lá no entrudo. Mas ver as crianças a usar aquele relvado todo e aquele parque infantil. Foi pena hoje não ter tido 1 minuto para ver o deleite das nossas crianças a brincar naquela zona do nosso Rossio.
O pavilhão novo e o PDA em termos transportes públicos. Sempre dissemos isso, logo que haja massa crítica que o justifique há ativação de uma linha nova para servir aquela zona. Será feito como temos feito sempre. Atualmente não há massa crítica que justifique essa operação e, portanto, ainda não a fizemos.
Em relação à habitação. A Celme sempre fala disto. Enfim, lembrar que 2024 foi o sexto ano consecutivo de todos os tempos que a estatística, a bater o recorde de licenciamento de obras particulares, na esmagadora maioria de habitação.
O nosso setor privado está bom, o que tem acontecido é que os preços têm subido, é obviamente a procura é bem maior do que é oferta. Cada vez mais pessoas querem viver cá. E porque é que querem viver cá? Porque isto é um sítio fantástico para viver, tem qualidade de vida, tem aquilo que as pessoas gostam sejam portugueses, ou muitos dos que têm vindo para cá, seja pessoas de todo o mundo que gostam de viver cá. Era ao contrário se ninguém quisesse cá viver, porque os preços estavam em baixa, havia habitação com fartura, com placas de vende-se. Não sei se ainda se lembra, foi há muito pouco tempo, que ainda tínhamos a cidade e o município cheio de placas de vende-se, que, enfim, era um problema, porque, obviamente, queria dizer que não havia pessoas interessadas.
Quanto à maratona. Só lembrar as nossas associações que se inscreverem pessoas para a Maratona custa 8 euros. ficam com 4 para si. É um contributo multiplamente solidário, participar na maratona e ficar com uma parte da verba. Comparar a nossa maratona com a de Gaia, não faz qualquer sentido. Gaia não tem nenhuma maratona, têm uma prova desportiva de atletismo que não tem comparação nenhuma de qualidade de coisa nenhuma.
Ana Maria Seiça Neves. Esta questão dos eventos culturais. Já disse isto, repito, vamos continuar a ter uma densidade muito forte de eventos culturais. Em termos unitários, por evento, nós vamos continuar a aumentar o investimento na cultura. Obviamente em termos de quantidade face a 2024 obviamente que não faria qualquer sentido como é lógico. Mas esse

processo continua com um crescendo de investimento nos eventos e igualmente na obra física. Embora a obra física com o conjunto de obras que temos em curso e em lançamento, vai ter, obviamente, neste ano e nos próximos anos, um valor muito alto.
Na próxima quinta-feira lançamos uma obra de quase 3,6 milhões de euros, que é o nosso Museu de Arte e Cerâmica Contemporânea, no sítio onde era a velha biblioteca que é mais um passo a esse nível.
Tomei boa nota das questões que disse, nomeadamente em relação à iluminação pública. No Fórum está neste momento a E-redes a fazer o projeto. Aquilo já não tem ponta por onde se lhe pegue. É preciso tirar tudo e por novo. Temos essa parceria com E-redes, eles estão a fazer o projeto para nós fazermos a obra e resolvemos esse sitio que identificou bem, além de estarmos atentos a outras operações que queremos que tenham qualidade, como não podia deixar de ser.
Quanto à aquela zona atrás do Tribunal. Temos um problema sistemático que é o estacionamento ilegal. E o estacionamento ilegal em cima dos passeios destrói sempre os passeios. É um problema sistemático que temos, mas, enfim, vamos continuar a trabalhar para procurar que seja destimulado e, obviamente, continuarmos as obras de qualificação regular das plataformas rodoviárias e dos passeios.
Uma nota sobre a reabilitação das piscinas que a Sara referenciou. Os jovens perderam o local. Sara, repito, os jovens perderam o local onde podiam perder a vida. Eu não estou a exagerar. Via tudo para o lixo. Rede elétrica, bateria de tratamento da água, tudo uma vergonha do pior. Saudar o Presidente Arlindo que aceitou aquilo que nós dissemos, é preciso fechar essa piscina. E ouvimos muitas bocas dos socialistas e dos comunistas de São Jacinto. Aqui d'el rei que tínhamos fechado a piscina. Ainda bem que não houve nenhum jovem que perdesse a vida. E agora, além de piscina com qualidade, vamos ter um campo de voleibol de praia dentro da zona ampliada e cercada. Vamos ter um bom parque infantil com qualidade a sério e, portanto, os jovens não perderam nada, os jovens ganharam, vão ganhar uma infraestrutura que, obviamente, não pode estar aberta enquanto se faz obra, nem pode estar aberta enquanto põe em risco as pessoas, os seus utilizadores em risco de vida.
Quanto ao Car-surf dizer que já temos várias associações e instituições que vem cá fazer campos de férias e para outras matérias. Depois nós sempre os colocamos a fazer introdução ao surf com aulas teóricas, aulas práticas, tem tido um bom ritmo, além de provas oficiais, tem sido interessante a atividade que temos tido no nosso Car-surf.
E há uma nota que eu gostava de enfatizar em relação àquilo que disse o Manuel Prior, que é esta aposta cuidada, integrada, na área da educação. O que era o parque escolar há 12 anos atrás e o que é hoje. E a área da saúde. Nós fizemos muito investimento em parceria com o Ministério da Saúde, mas a parceria foi fazermos contratos, entregarem-nos a responsabilidade, concorrer a fundos comunitários e executar. Embora na maior parte das obras que fizemos foi mais o dinheiro que a Câmara pôs do que o Fundo Comunitário que recebeu. São Jacinto foi um dos exemplos.
A aposta que falta, Hospital, obviamente. A ampliação e qualificação do Hospital Infante Dom Pedro. Estamos, espero que por muito de poucos dias ou semanas de adjudicação do concurso do projeto. Lembra-se que já houve um primeiro correu mal, teve que ser anulado. Esperemos que seja desta que o nosso conselho de administração adjudique o projeto e possa lançar essa operação tão importante e temos estado também a trabalhar com a Universidade, para que o Centro Académico Clínico, que poderá vir a ter numa fase primeira, a arrancar também proximamente. E, portanto, é outra componente da ocupação do terreno que estava ocupado pelos armazéns antigos da Câmara e pelo estádio municipal Mário Duarte.
Portanto é nesse quadro que nós perspetivamos dar seguimento a todas estas dimensões de atividade que temos que temos em curso.

Uma nota sobre o empréstimo de médio longo prazo. Dar conta que está em fase de visto de Tribunal de Contas. O Tribunal fez perguntas, já respondemos. O Tribunal voltou, fez um segundo ofício de perguntas que respondemos anteontem. Embora já respondemos há uma pergunta que não respondemos. Irão ver que vai à próxima reunião de câmara uma adenda ao Contrato que depois tem que vir aqui. O Tribunal solicitou correção muito ligeira no contrato, tivemos de fazer uma adenda que vai à Câmara na próxima reunião e que tem que vir à Assembleia Municipal, porque obviamente o contrato tem que ter essa nota, embora há lai uma discussão legal, se tem ou não tem. Mas, enfim, essa discussão há-de acabar. Mas temos esse trabalho para fazer. Portanto, respondemos às perguntas todas e dissemos que em relação àquela alteração contratual que o tribunal indicou, íamos agir em conformidade e ato imediato mandamos para o Tribunal esse complemento.
E, pronto, julgo que deixei a maior porte, pelo menos, das questões colocadas. Há uma boa notícia em relação a Cogestão aqui. Finalmente a Diretora Regional do ICNF foi-se embora. Já não era sem tempo. E, portanto, foi-se embora, felicidade, vamos ter, vamos ter não, já temos, eu ainda não o conheço, um novo Diretor Regional do ICNF. Espero que seja bom, trabalhador, e que nos venha de facto ajudar. A única entidade neste momento que está a investir, são 300 mil euros que temos em projeto e em concurso, uma parte já adjudicada pela Câmara Municipal de Aveiro. São ações de investimento nossas, financiadas pelo Fundo Ambiental. Esperemos que finalmente venhamos a ter agora um Diretor Regional em condições, trabalhador, que não arranje chatices, que não faça decisões parvas, como encerrar a Reserva das Dunas a visitas por causa da matilha. A matilha já não existe, está o problema resolvido. Ou as parvoíces como a estória do corpo da baleia no areal. Enfim, espero que estejamos a abrir um capítulo novo, positivo, na vida do ICNF, com o novo Diretor Regional que já tomou posse, já está a trabalhar, embora é uma coisa de dias e, portanto, eu ainda não reuni com ele a primeira. Portanto estava-me a esquecer de partilhar essa notícia importante. Que espero que seja positiva no que respeita ao trabalho deste novo responsável do ICNF. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação da Informação Escrita sobre a Atividade Municipal.

Ponto 3 – Apreciação e votação da Moção - Sobre a Comunicação Municipal.
De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra[054] ao vogal do Grupo Municipal do PCP para apresentação da Moção em epígrafe.

Vogal António Nabais (PCP):[055]
"Caros membros da Assembleia Municipal, a moção com o título "Comunicação Municipal" que o PCP apresentou para apreciação e votação é muito explícita em relação aos seus motivos e objetivos.
A utilização abusiva dos meios de comunicação municipal não é um assunto recente. A recorrência da sua utilização como projeção publicitária da maioria PSD/CDS e muito em particular do Presidente da Câmara já foi várias vezes referida, neste órgão autárquico e não só. A utilização sectária e os abusos acontecem na página do município na Internet, bem como na restante comunicação municipal designadamente no Boletim Municipal.
Tomemos como exemplo o boletim municipal de dezembro último. São cerca de 40 folhas de papel de luxo onde encontramos 20 fotografias do Presidente da Câmara, nas mais diferentes poses e situações. Uma ou duas das quais com o seu vereador preferido, outra com os vereadores da maioria. A não ser que a lupa tenha falhado, nem uma com o Presidente da

Assembleia Municipal ou com os vereadores da oposição. Enfim, a habitual exibição do Presidente da Câmara num suporte pago por todos nós.
O parecer da autoridade para a comunicação social, que corresponde ao primeiro considerando da nossa moção, elaborado como resposta a uma queixa da minha camarada Ilda Figueiredo na Câmara Municipal da Vila Nova de Gaia, então presidida por Luís Filipe Menezes, é cristalino relativamente à necessidade de uma comunicação institucional que não se limite reproduzir o que diz e pensa o Presidente da Câmara e as forças que o suportam. Tanto mais porque essa comunicação é paga de certa forma por todos nós.
A oportunidade desta moção bem como a sua urgência resultam do facto de que o senhor Presidente da Câmara ter ultrapassado todos os limites ao fazer publicar no site do município um texto faccioso, político e pessoal. Na dita "Denúncia e Informação Pública" o presidente Ribau Esteves permitiu-se criticar terceiros entre os quais, implicitamente, o Presidente desta Assembleia. Deve ser claro para todos nós que utilizar o site do município para responder a um post do facebook, seja ele quem, sem que os visados tenham hipótese de responder no local em que o texto foi publicado, é um abuso de poder do Presidente da Câmara e, como tal, merece a condenação da Assembleia.
Em segundo lugar, a moção do PCP recomenda a absoluta neutralidade política dos instrumentos de comunicação municipal tendo em conta, da forma especial, as eleições autárquicas que se aproximam, recomendando igualmente o fomento do pluralismo na comunicação institucional
Por fim a moção do PCP pretende que as deliberações desta Assembleia Municipal regressem ao Boletim Municipal de onde foram "despejadas" por esta maioria com a anuência, pelo menos por omissão, do atual Presidente da Assembleia Municipal.
Trata-se, neste caso, da simples exigência do cumprimento da lei e do Regimento da Assembleia municipal (artigo 56º da Lei das Autarquias Locais) que estipulam essa obrigação ignorada pela obsessão autoritária dos partidos da maioria. Tenho dito."

Membros da Assembleia
Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:057
"relativamente a este assunto, a minha opinião e quiçá do meu Partido, relativamente ao site não me parece, porque hoje em dia qualquer partido politico pode criar o seu site para fazer o contraditório.
Aqui o único ponto que me parece mais pertinente da questão tem a ver com o boletim municipal. Portanto eu gostava de perguntar qual é a tiragem do boletim municipal, quantos exemplares é que fazem e a periocidade do mesmo. E já agora a nível monetário saber qual é a despesa do boletim municipal. Porque me parece a mim que o Boletim Municipal terá um numero de leitores bastante reduzido, mas é assim, não me parece correto que o boletim municipal seja usado para fazer alguma propaganda ao trabalho da Câmara. Mas temos que ter em consideração qual é a tiragem, quantas pessoas é que o leem, porque hoje em dia a informação é sobretudo divulgada pelos meios de internet e aí qualquer pessoa pode fazer o contraditório, qualquer partido politico pode fazer o contraditório. Não nos parece estarem a atirar ao município, que a página do município fale mal do trabalho que estão a realizar, não nos parece que faça muito sentido. Mas gostaria de ouvir o que tem para dizer."

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:058
"Muito breve. O Bloco de Esquerda, na sequência de algum dialogo, lamentou desde logo que a página institucional da Câmara Municipal de Aveiro seja utilizada para a publicação

de artigos de tom coloquial e, aparentemente, em nome pessoal do atual Presidente da Câmara. Votaremos favoravelmente a proposta do PCP."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:059
"*Muito obrigado Senhor Presidente. O PCP apresenta-nos uma moção que se bem entendemos o seu teor, pretende condenar e criticar a utilização dos meios de comunicação da Câmara por nele divulgar atividades da própria Câmara. Aparentemente, o que o PCP pretende é que a Câmara passe também a divulgar as atividades partidos da oposição, assim, ao jeito de direito de resposta. Acontece que ao consultar o site do PCP de Aveiro, verifica-se que a ultima publicação ali colocada, data 2 de Janeiro, portanto não tem nada para comunicar! E é sobre as portagens. E na agenda que ali está também não tem nada agendado! Portanto o PCP é uma não existência em Aveiro. A Câmara não tem que se preocupar em colocar coisas do PCP no seu site que não existem. De um partido como o PCP, a tomada de posição como a que é expressa nesta moção é absurda e despropositada. Mais ainda. Ao dar uma vista de olhos à página de Facebook de um município do PCP, Évora, constata-se para além das fotografias de algumas atividades municipais, que é normal e legítimo, só vemos artigos e fotografias do Presidente e vice-Presidente. Curiosamente os dois do PCP, dos restantes vereadores da oposição zero. Portanto, isto é mais uma Moção, olha para o que digo, não olhes para o que eu faço. Disse."*

Presidente da Mesa
"*Bem, eu tenho que chamar a atenção do Partido Socialista, porque sistematicamente vocês não se organizam convenientemente e que não confusão na gestão dos trabalhos. Desculpe tem que dizer isto, porque é sistemático. Ou deixaram passar a vez da inscrição ou, afinal, já não é um é outro. Eu acho que é altura do PS se organizar a este nível. Desculpem. Senhor deputado Pires da Rosa é pertinente a sua intervenção, então faz favor, mas agradeço que tenham o cumprimento das regras de trabalho. Muito obrigado."*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:060
"Muito obrigado Senhor Presidente. Não, eu quis sobre este ponto em concreto, para dizer isto. Eu fiz uma intervenção sobre o boletim municipal quando era membro da Assembleia Municipal, sempre pelo mesmo partido, pelo Partido Socialista, quando o presidente da Câmara era do meu partido, exatamente contra o boletim municipal. Acho que não faz sentido nenhum e estávamos em 2000 e qualquer coisa. Ao dia de hoje, menos ainda.
O boletim municipal faz propaganda e tal, faz propaganda à Câmara, com certeza. O Boletim Municipal é para divulgar o que é da Câmara e divulgar a obra da Câmara. Se ela for boa fará propaganda à Câmara, se ela for má fará propaganda negativa.
Que o Senhor Presidente da Câmara apareça, pois claro, está lá mais vezes que os outros, com certeza. Mas também não me incomoda nada. O que me incomoda é o gasto do Boletim municipal no papel, na impressão. Senhor Presidente perguntava, quantos boletins municipais que já foram emitidos nestes 12 anos em que esteve, quanto é que já gastou em boletins municipais e acho que isso não tem propriamente efeito. Faz muito mais sentido, por exemplo, fazer algumas peças em concreto, que nem sempre foram feitas, em relação por exemplo, ao Festival dos Canais, que nem sempre saí a tempo e é muito mais útil, porque é uma coisa muito seccionada em que toda a gente nem consegue perceber o que são as coisas, do que propriamente a dizer que foi feita a obra X ou Y ou Z, que os munícipes vão vendo a crescer e a aparecer. E para isso serve o site do município.

Já agora dizer o PCP, de certeza que os municípios do PCP também fazem o Boletim Municipal, e de certeza que não aparece toda a gente. Isto acontece nas câmaras todas do país. O que eu acho é que devia haver uma norma objetiva do Estado português a proibir o boletim municipal em todas as câmaras, fosse de que partido fosse. Não faz sentido nenhum e andamos a gastar dinheiro numas revistinhas. Quantas pessoas é que lê e que leem de A a Z, não é. Quantos é que leram, desde que existe democracia, desde que existe o município de Aveiro e que há boletins municipais? Eu no dos Alberto Souto, lembro-me do Doutor Candal fazer uma intervenção a dizer "bom papel, boa cor e folheava" e lia 2 ou 3 coisas, enquanto estava como presidente da Assembleia Municipal, tinha esse estilo. No fundo, não faz rigorosamente sentido nenhum, devia ser proibido do meu ponto de vista. Por isso, votarei a favor da moção nesse sentido.
Em relação ao estilo, eu acho que o Senhor Presidente da Câmara cometeu um erro, do meu ponto de vista, que é pessoal, que não tenho nada com isso, fazia uma artigalhada de opinião no Diário de Aveiro para explicar a sua posição. Naturalmente que, o eng. Ribau Esteves confunde com a sua função de militante do PSD, de cidadão e de Presidente da Câmara Municipal, dava aí a sua opinião. Agora divulgar isso no espaço do município, quanto a mim, ficou-lhe mal, não faz sentido. Não vejo também qual é o prejuízo, mas depois leva estas críticas do meu ponto de vista desnecessariamente. Tinha escrito o artigo de opinião, tinha resolvido o problema.
Em relação ao boletim municipal sou manifestamente contra, aqui e em qualquer lugar. E já tive, tenho essa premissa, depois isso vai-me custando alguma coisa na minha carreira política, ter dito isso ao meu próprio presidente da Câmara Municipal, porque eu acho que é assim que tem que ser e é para isso que nós somos eleitos."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[061]
"*Bancada do PSD nesta moção irá votar contra, porque a mesma não merece sequer a nossa análise."*

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta::[062]
"*Senhor deputado Jorge Greno. O site do PCP é do PCP. Estamos a falar do site da Câmara que é um órgão institucional. Que eu saiba há distinções.*
Senhor deputado Pires da Rosa realmente estava a falar, eu não sou contra o uso do boletim, quando foi feito ou foi elaborado ou foi inventado. Eu não estou a falar contra a tiragem do Boletim que deva ser feita ou não deva ser feita. O que a gente contesta no boletim é que deixaram ser lá publicadas as deliberações da Assembleia e que deveria ser publicitada neste caso. Quanto à Moção o que eu acabo por concluir é que contra factos não há argumentos. Disse."

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação[063] o Ponto 3 – Apreciação e votação da Moção - Sobre a Comunicação Municipal, sendo a Moção rejeitada com vinte e dois votos contra (PSD17+CDS5), uma abstenção (CH1), e dez votos a favor (PS6+PAN1+BE2+PCP1).

Declarações de Voto
Vogal Gabriel Bernardo (CH): [064]
"Senhor Presidente, nós relativamente à parte digital não temos nada a apontar. É sobretudo o dinheiro que se gasta publicar num Boletim. Realmente a Câmara deveria repensar isso."

Ponto 4 – Apresentação e votação da Proposta de Recomendação – Por uma política de contrapartidas urbanísticas.
De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra[065] à vogal do Grupo Municipal do BE para apresentação da Proposta de Recomendação em epígrafe.

Vogal Celme Tavares (BE):[066]
"Senhor Presidente, é quase meia-noite, naturalmente já não vamos apanhar o ferry, o último, mas vamos apresentar esta proposta no tempo possível e agradeço a vossa atenção.
A Urbanização na antiga Vitasal no Cais de São Roque é um exemplo claro da necessidade de mudar a política de negociação de contrapartidas urbanísticas da Câmara Municipal de Aveiro. Esta intervenção urbanística, promovida pelo executivo PSD-CDS, privilegia os interesses da especulação imobiliária e da grande hotelaria, em detrimento da criação de uma cidade acessível para quem vive e trabalha em Aveiro.
Atualmente a estratégia da Câmara Municipal, tem sido orientada para a criação de novas áreas urbanas destinadas exclusivamente a um segmento de mercado de elevado poder de compra, perpetuando um modelo que favorece a gentrificação do centro urbano.
Esta política tem vindo a agravar a crise habitacional e tem contribuído para o aumento dos preços da habitação em todo o município, dificultando o acesso a uma habitação condigna por parte da população. A mobilização de milhões de euros do erário público para a criação de infraestruturas urbanas que valorizam exclusivamente terrenos privados é também um exemplo de má gestão de recursos públicos. Sem esse investimento público, os novos empreendimentos não teriam o mesmo valor de mercado, evidenciando que a Câmara está a beneficiar diretamente promotores imobiliários sem contrapartidas que possam atenuar os efeitos destas intervenções urbanísticas no preço do imobiliário.
Em várias cidades europeias, como Berlim, foram implementadas políticas urbanísticas que demonstram ser possível um outro caminho. Medidas como o condicionamento de emissão de licenças de construção à obrigatoriedade de destinar uma parte da nova edificação ao mercado a custos controlados, têm mostrado resultados positivos na promoção de habitação mais acessível e na atenuação do crescimento do preço do imobiliário.
O processo da urbanização na antiga Vitasal, mostra que, no geral, as políticas de negociação de contrapartidas devem ser alteradas no sentido de tornarem num instrumento de política pública de habitação para baixar os preços em todo o concelho
Assim a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua sessão ordinária de fevereiro de 2025, delibera recomendar à Câmara Municipal de Aveiro:
1. Que na negociação de contrapartidas urbanísticas, a Câmara Municipal de Aveiro negoceie prioritariamente que uma parte significativa das novas frações habitacionais sejam destinadas a arrendamento a custos controlados por um determinado prazo de tempo."

Membros da Assembleia
Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[068]
"A reorganização urbanística do canal São Roque tem diversos aspetos negativos que violentam a cidade socialmente democrática que defendemos. A ideia do proponente parece generosa e tem uma formulação globalmente positiva. E também nós consideramos necessária a existência de contrapartidas de interesse público. Mas importa questionar onde está a fundamentação legal para estipular o valor para arrendamento a custo controlado (e por quanto tempo, um mês, um ano. E depois do decurso do tempo, o que acontece, os moradores vão para a rua? Sujeitam-se aos valores normais de mercado? A proposta

apresentada é aparentemente generosa, mas conclui de forma insuficiente. Nesse sentido faremos uma abstenção"

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:069
"Só para dizer que a construção a custos controlados deve ser feita em zonas onde seja mais económico construir. Não é junto ao Canal de São Roque ou como já propuseram aqui anteriormente na antiga lota. São zonas extremamente complexas, exige estacas, é caro, portanto promovam a construção a custos controlados para outras zonas da cidade. Não onde é mais caro construir. Porque tem de haver realismo, porque não vai haver nenhum construtor que arrisque fazer uma obra a custos controlados naquelas zonas da cidade. Portanto isto é puta demagogia do Bloco de Esquerda. Por isso votaremos contra."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:070
"Bem, desta vez temos aqui uma inovação! Não estamos aqui a ouvir falar da Áustria ou dos Países Baixos e, portanto, temos alguma novidade da proposta do Bloco de Esquerda.
Mas este modelo que é proposto pelo bloco na minha opinião vai fazer subir o preço de venda das habitações. Porque se houver um promotor que por exemplo tenha cem apartamentos por um preço x só vai poder vender 75, é obvio que para que pague os seus custos e tenha o lucro que é devido vai ter que aumentar o preço de venda dos 75. Portanto o que propõe é um completo absurdo. Só quem nunca pregou um prego numa tábua é que faz propostas deste género."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:071
"Esta proposta do Bloco de Esquerda é uma proposta que várias vezes, não só em termos de proposta, mas também em termos de ideias é sobejamente requentada, mas que mantém a sua demagogia. O Bloco vem aqui defender apartamentos a custos controlados. Como é que o Bloco de Esquerda votou no complexo a custos controlados em Aradas? Votou contra. Então o Bloco é a favor de habitação a custos controlados ou é contra. Enquanto o Bloco não definir estas posições de principio e que devem ser sérias e mantidas não podemos votar favorável estas propostas."

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação072 o Ponto 4 – Apresentação e votação da Proposta de Recomendação – Por uma política de contrapartidas urbanísticas, sendo a proposta rejeitada073 com vinte e nove votos contra (PSD17+CDS5+CH1+PS6), duas abstenções (PAN1+PCP1), e dois votos a favor (BE2).

Não houve declarações de voto.
Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão Ordinária, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.
Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade073 cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.
De seguida deu por encerrada a sessão ordinária de Fevereiro.
Eram 00:30 horas do dia 01 de Março de 2025.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.
(4:00)